

LEOLÍBIA LUANA LINDEN

**O TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO EM
INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE DESCRIÇÃO
ARQUIVÍSTICA**

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação, área de concentração Organização e Preservação do Conhecimento, linha de pesquisa Organização, Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento, sob a orientação da Professora Doutora Marisa Bräscher Basílio Medeiros.

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

LINDEN, LEOLIBIA LUANA
O TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO EM INSTRUMENTOS
NORMATIVOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA / LEOLIBIA LUANA
LINDEN ; orientador, MARISA BRÄSCHER - Florianópolis, SC,
2016.
75 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós
Graduação em Ciência da Informação.

Inclui referências

1. Ciência da Informação. 2. Tratamento Temático da
Informação. 3. Arquivologia. 4. Descrição Arquivística. I.
BRÄSCHER, MARISA. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.
III. Título.

LEOLÍBIA LUANA LINDEN

**O TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO EM
INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE DESCRIÇÃO
ARQUIVÍSTICA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina em cumprimento a requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA
EM FLORIANÓPOLIS 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

Profa. Dra. Rosângela Schwarz Rodrigues –
Coordenadora do Curso

Banca examinadora:

Profa. Dra. Marisa Bräscher Basílio Medeiros –
PGCIN/UFSC (Orientadora)

Profa. Dra. Eva Cristina Leite da Silva –
PPGCIN/UFSC

Profa. Dra. Thiago Henrique Bragato Barros –
UFPA

Profa. Dra. Aline Karmes Kruger –
UFSC

AGRADECIMENTO

Há muitas razões para ser grata...

Pela força Divina que sempre percebo por perto, que não me desampara, que tem me permitido acreditar e ter fé, até aqui;

Pelo desenvolvimento deste trabalho, orientações e conversas com minha orientadora Prof^{ra}. Dra. Marisa Bräscher. Muito obrigada por esta oportunidade;

Pela minha família que sempre me apoiou em todas as minhas decisões e esteve comigo em todos os momentos pelos quais eu precisei e não precisei. Estaremos sempre juntos;

Pelas minhas mestres que me inspiraram e até hoje me inspiram a continuar em minha carreira, vocês tem parcela nisso tudo;

Pelos colegas de profissão, amigos que me incentivam e colaboram para comigo em momentos de compartilhamento, discussões e debates fervorosos à cerca da Ciência Arquivística;

Pela minha companheira Suéllem Leal, que esteve comigo em todos os momentos acreditando em mim mais que eu mesma;

Pela música e pela poesia que me inspiram em todos os aspectos e me acompanha diariamente em acordes, melodias, palavras e emoções que jamais me abandonarão;

Pelas cores que iluminam os meus dias, pelos olhares que me cercam, pelos sorrisos que me encantam, pelos abraços que me cruzam.

Assim, compreendo o que é gratidão.

[...] o tempo é o Senhor de tudo.”
(“É rolo”, Maiara e Maráisa)

RESUMO

Analisa Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística desenvolvidos em diferentes países, com a finalidade de verificar a descrição de conteúdo nestes documentos. Trata das vertentes teóricas do Tratamento Temático da Informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental, assim como seus respectivos objetos, sendo eles: produtos, instrumentos e processos. Apresenta correntes teóricas do pensamento arquivístico: tradicional, records management e integrada, assim como discorre sobre o histórico da descrição arquivística e o desenvolvimento de manuais, normas e orientações que foram criadas na intenção de padronizar o processo de descrição arquivística. Realiza levantamento de Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística (INDA) em diferentes países, tendo sido coletados e caracterizados doze que se apresentam em língua portuguesa, espanhola e inglesa. Dentre esses, foram selecionados oito INDA que contemplam a descrição de conteúdo em sua estrutura, possibilitando assim a análise da existência ou não de características das vertentes teóricas do TTI e a identificação dos aspectos indicados pela literatura da área de TTI: processos, produtos e instrumentos. Como resultado, observa-se que cinco INDA contém elementos de descrição de conteúdo: MAD, DACS, NOBRADE, ISAD (G) e NEDA; e três não contém em sua estrutura esclarecimentos sobre a descrição de conteúdo para as finalidades desta pesquisa: RAD, NEDA e NUDA. Dentre os quatro instrumentos normativos de descrição arquivística que apresentam informações sobre a descrição de conteúdo, analisados por meio das características de vertentes teóricas do tratamento temático da informação, dois apresentam elementos relacionados ao processo de como fazer a descrição de conteúdo, característica da vertente francesa de Análise documental; três apresentam elementos relacionados aos produtos originários deste processo, características da vertente norte-americana catalogação de assuntos; quatro apresentam elementos relacionados aos instrumentos que auxiliam no processo e desenvolvimento dos produtos, características da vertente inglesa indexação. Conclui que documentos de arquivo possuem características específicas, que precisam ser analisadas de forma diferente dos bibliográficos, no entanto, é possível estabelecer diálogo entre as áreas de TTI e Arquivologia, visando a melhoria do acesso à informação. Portanto, uma das contribuições dessa pesquisa relaciona-se justamente à transposição desses conceitos e teorias oriundos da Ciência da Informação ao contexto do documento de arquivo.

Contribui com o avanço das discussões acerca do desenvolvimento teórico e prático do Tratamento Temático da Informação na Arquivologia.

Palavras-chave: Descrição Arquivística. Tratamento Temático da Informação. Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística. Arquivologia.

ABSTRACT

It analyzes the Normative Instruments of Archival Description developed in different countries, in order to verify the description of content in these documents. It deals with the theoretical aspects of the information subject treatment: subject cataloging, indexing and subject analysis, as well as their respective objects, being: products, instruments and processes. It presents the theoretical currents of archival thinking: traditional, records management and integrated, as well as discusses the history of archival description and the development of manuals, norms and guidelines that were created in order to standardize the process of archival description. It carries out survey of Normative Instruments of Archival Description (INDA) in different countries, having been collected and characterized twelve that present themselves in Portuguese, Spanish and English language. Among these, eight INDAs were selected, which contemplate the description of content in its structure, thus enabling the analysis of the existence or not of characteristics of the theoretical aspects of the TTI and the identification of the aspects indicated in the literature of the TTI area: processes, products and instruments . As a result, five INDAs contain description of content elements: MAD, DACS, NOBRADE, ISAD (G), and NEDA; And three does not contain in its structure clarifications on the description of content for the purposes of this research: RAD, NEDA and NUDA. Among the four Normative Instruments of Archival Description that present information about the description of content, analyzed through the theoretical aspects of the information subject treatment, two present elements related to the process of how to description of content, characteristic of the French part of subject analysis; Three present elements related to the products originating from this process, characteristics of the North American slope subject cataloging; Four present elements related to the instruments that assist in the process and development of the products, characteristics of the English slope indexing. It concludes that archival documents have specific characteristics, which need to be analyzed in a different way from the bibliographical ones, however, it is possible to establish a dialogue between the TTI and Archivology areas, aiming to improve the access to information. Therefore, one of the contributions of this

research is related precisely to the transposition of these concepts and theories originating from Information Science to the context of the archival document. It contributes to the advancement of the discussions about the theoretical and practical development of the information subject treatment in Archivology.

Keywords: Archival Description. Information Subject Treatment. Normative Instruments of Archival Description. Archivology.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características das vertentes teóricas do TTI.....	Erro!
	Indicador não definido.
Quadro 2 – Características das correntes arquivísticas	32
Quadro 3 – Levantamento de Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística.....	Erro! Indicador não definido. 8
Quadro 4 – Levantamento de Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística.....	Erro! Indicador não definido. 9
Quadro 5 – Lista de termos que podem representar descrição de conteúdo em INDA	40
Quadro 6 – Vertentes teóricas de TTI e suas características.....	41
Quadro 7 – Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística.....	52
Quadro 8 – Vertentes teóricas de TTI e suas características	Erro!
	Indicador não definido.
Quadro 9 – INDA e descrição de conteúdo.....	59
Quadro 10 – INDA e descrição de conteúdo.....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR	Anglo American Cataloguing Rules
APPM	Arquivos, Personal Papers, and Manuscripts
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
DACS	Describing Archives: a Content Standard
ISAD G	General International Standard Archival Description
ISBD G	General International Standard Bibliographic Description
GTACAA	Grupo de Trabajo de la Administración Central y Administraciones Autonómicas para la elaboración de las Normas Nacionales de Descripción
INDA	Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística
ISAAR CPF	International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families
MARC	Machine Readable Cataloging
MAD	Manual of Archival Description
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
NODAC	Norma de Descrição Arxivística de Catalunya
NOGADA	Norma Gallega de Descripción Arquivística
NEDA	Norma Española de Descripción Archivística
NUDA	Norma Uruguaya de Descripción Archivística
OI	Organização da Informação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Objetivos	16
1.1.1 Objetivo geral	16
1.1.2 Objetivos Específicos.....	16
1.2 Justificativa	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1 Tratamento Temático da Informação	19
2.1.1 Catalogação de Assuntos	23
2.1.2 Indexação	25
2.1.3 Análise Documental.....	28
2.2 Arquivologia	31
2.2.1 Descrição Arquivística	35
3. METODOLOGIA	39
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	45
4.1 Identificação e caracterização de Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística de diferentes países.	45
4.1.1 Holanda	45
4.1.2 Reino Unido	45
4.1.3 Canadá	46
4.1.4 Internacional.....	47
4.1.5 Estados Unidos.....	49
4.1.6 Brasil.....	50
4.1.7 Portugal.....	51
4.1.8 Espanha.....	52
4.1.9 Uruguai.....	53

4.2 Caracterização das vertentes teóricas do Tratamento Temático da Informação.....	55
4.3 Identificação das características de vertentes teóricas do Tratamento Temático da Informação em Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística.....	55
4.3.1 Manual of Archival Description (MAD)	56
4.3.2 Rules for Archival Description (RAD)	56
4.3.3 International Standard Archival Description General (ISAD G)	57
4.3.4 Describing Archives: a Content Standart (DACs).....	57
4.3.5 Norma Española de Descripción Archivística (NEDA)	58
4.3.6 Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)....	59
4.3.7 Orientações para a descrição arquivística (ODA).....	59
4.3.8 Norma Uruguaya de Descripción Archivística (NUDA).....	60
4.4 Considerações a partir das análises realizadas	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	69

1 INTRODUÇÃO

Para que seja possível viabilizar o acesso e consulta aos arquivos, é importante que o usuário conheça a estrutura lógica em que o acervo está organizado. Entre as atividades intelectuais que compõem essa estrutura está a descrição arquivística, responsável por apresentar o acervo por meio da criação de representações que evidenciam seu contexto e conteúdo. Portanto, a atividade de descrição é fundamental para conhecer e compreender o acervo e possibilitar ao usuário encontrar a informação desejada.

Sem perder o foco no controle da documentação, observa-se que a descrição tem evoluído e possibilitado a recuperação da informação. Com o uso dos sistemas de informação automatizados tem-se, ainda, a perspectiva da recuperação por assunto. A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) que regula a descrição arquivística no Brasil, por exemplo, já apresenta uma área de descrição denominada ‘Pontos de acesso e indexação de assuntos’, o que pode evidenciar a preocupação com a recuperação dos documentos por diferentes aspectos.

Para Ribeiro (1996, p.9) “no campo da arquivística as técnicas de tratamento documental não estão ainda devidamente aprofundadas [...]” Ainda segundo Ribeiro a questão da representação do assunto dos documentos não é tão discutida na Arquivologia como na Ciência da Informação e na Biblioteconomia. Nessas áreas, conforme revela Guimarães (2009, p.106), o Tratamento Temático da Informação (TTI) sustenta-se em diferentes correntes teóricas, o que revela a existência da discussão sobre esse tema.

Na área de Organização do Conhecimento e Ciência da Informação, o Tratamento Temático da Informação concentra-se nas questões relacionadas à “análise, descrição, e representação do conteúdo dos documentos bem como suas inevitáveis interfaces com as teorias e sistemas de armazenamento e recuperação da informação.” (BARITÉ, 1997, p.124)

Na presente pesquisa os Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística (INDA), são compreendidos como normas, adaptações ou orientações que regulem a padronização da descrição arquivística em determinada região ou país.

Dessa forma, a presente pesquisa tem a intenção de analisar Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística desenvolvidos em diferentes países, com foco na descrição de conteúdo de acordo com as características das vertentes teóricas do Tratamento Temático da

Informação, com o seguinte problema de pesquisa: Como é tratada a descrição de conteúdo em Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística de diferentes países?

Para isso, este trabalho se estrutura abordando o Tratamento Temático da Informação no âmbito da área de Organização e Representação do Conhecimento e da Informação, assim como o histórico e as influências das correntes do pensamento arquivístico, para que seja possível alcançar os objetivos da pesquisa definidos a seguir.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a descrição de conteúdo em Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística de diferentes países com base nas vertentes teóricas do Tratamento Temático da Informação.

1.1.2 Objetivos Específicos

1) Descrever os instrumentos Normativos de Descrição Arquivística de diferentes países em relação à sua estrutura e características;

2) Caracterizar as vertentes teóricas do Tratamento Temático da Informação;

3) Identificar nos Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística as características das vertentes teóricas do Tratamento Temático da Informação.

1.2 Justificativa

Os sistemas de gestão da informação tornam-se quase que indispensáveis para as organizações, diante do volume de informações gerado em diversos setores de atividade. Nesse contexto, é por meio dos processos de organização da informação que se torna possível o acesso aos acervos crescente de conhecimento.

A justificativa principal desta pesquisa está na preocupação com Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística (INDA) que possam, de maneira padronizada e coerente, ampliar as possibilidades de busca dos usuários nos sistemas de gestão da informação. Além disso, trata-se de um estudo que procura abordar o Tratamento Temático da

Informação em Arquivologia, sob a luz da Ciência da Informação, verificando a aplicabilidade de seus conceitos e teorias à Arquivologia.

Os documentos de arquivo possuem características específicas, que precisam ser analisadas de forma diferente dos bibliográficos. Portanto, uma das contribuições dessa pesquisa relaciona-se justamente à transposição desses conceitos e teorias oriundos da Ciência da Informação ao contexto do documento de arquivo.

Em um levantamento preliminar, não encontramos estudos voltados para uma análise ampla dos INDA sob o enfoque do Tratamento Temático da Informação. Identificamos o estudo de Oliveira (2012) em seu livro *Descrição e pesquisa: Reflexões em torno dos arquivos pessoais* que analisa o desenvolvimento de um modelo de descrição arquivística apresentando o *Manual of Archival Description (MAD)* do Reino Unido, *Rules for Archival Description (RAD)* do Canadá, *General International Standard Archival Description (ISAD G)* norma internacional e *Describing Archives: a Content Standard (DACs)* do EUA com o objetivo de verificar a relevância da descrição arquivística no contexto contemporâneo dos arquivos pessoais.

Na presente pesquisa foi realizada uma busca exaustiva dos INDA, na qual localizamos doze documentos que regulam e/ou padronizam a descrição arquivística de documentos em diferentes países.

Ao analisar a descrição de conteúdo em diversos INDA, esta pesquisa procura contribuir com o avanço das discussões acerca do desenvolvimento teórico e prático do TTI em Arquivologia e, mais especificamente, colaborar para o aperfeiçoamento dos processos apresentados nesses documentos, assim como no desenvolvimento de novos Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção trata dos fundamentos teóricos que apoiam a análise da presente pesquisa e abrange o Tratamento Temático da Informação, no contexto da Organização do Conhecimento, Organização da Informação e Representação da Informação. Aborda, ainda, a Arquivologia, especificamente, a história das correntes do pensamento arquivístico.

2.1 TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO

Nesta seção são abordados aspectos relacionados às características da organização do conhecimento e da organização da informação, assim como sobre o tratamento temático da informação e suas respectivas linhas teóricas, conforme posicionamento de Bräscher e Café (2010), a partir do conceito de Fogl (1979), quanto à distinção dos conceitos de Organização do Conhecimento (OC) e Organização da Informação (OI).

Inicialmente, o termo Organização do Conhecimento foi utilizado por Henry Evelyn Bliss, que também concebeu a OC como um campo autônomo no campo científico por meio de suas obras *The Organization of Knowledge and the System of Sciences* (1929) e *Organization of Knowledge in Libraries and the Subject Approach to Books* (1933) (DAHLBERG, 1995, p. 10). Mais tarde, as teses de Soergel (1971) e de Dahlberg (1973) tratavam das bases teóricas da área abordando a associação da organização do conhecimento com a documentação.

Barité (2001, p.41), em uma visão mais ampla descreve que

O objeto de estudo da Organização do conhecimento é – a nosso juízo – o conhecimento socializado, e como disciplina dá conta do desenvolvimento de técnicas para a construção, gestão, uso e avaliação de classificações científicas, taxonomias, nomenclaturas e linguagens documentais. De outra parte, traz metodologias de uso e recuperação por linguagem natural. É esta visão integral do conhecimento, em que se associam as classificações filosóficas ou científicas do saber com as classificações destinadas à organização de documentos em bibliotecas, arquivos e outras unidades de informação que abre maiores perspectivas para

um importante desenvolvimento disciplinar e interdisciplinar no âmbito da Biblioteconomia e Documentação.

Dahlberg (1993, p.211), afirma de maneira pontual, que OC é a ciência que sistematiza conceitos de acordo com suas características. Dessa forma, a autora defende que teoria do conceito seria o pressuposto mais importante da fundamentação teórica da OC, uma vez que essa deve se sistematizar segundo unidades do conhecimento (conceitos) e seus elementos de conhecimento (características).

Bräscher e Café definem

Delineamos a **organização do conhecimento** como o processo de modelagem do conhecimento que visa a construção de representações do conhecimento. Esse processo tem por base a análise do conceito e de suas características para o estabelecimento da posição que cada conceito ocupa num determinado domínio, bem como das suas relações com os demais conceitos que compõem esse sistema nocional. (BRÁSCHER, CAFÉ, 2008, p.8, grifo nosso).

Para as autoras supracitadas, a organização da informação é percebida como um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos documentos e tem como produto a representação da informação, que são os elementos descritivos de um objeto. Lima e Álvares (2012, p.35) afirmam que o principal objetivo da OI é possibilitar a recuperação e o acesso à informação por meio da estruturação dos elementos de organização do conhecimento:

Observa-se, destarte, que a **organização da informação** deve ser entendida como um conjunto de procedimentos que incidem sobre um conhecimento socializado (que, por sua vez, é um produto social e tem uma utilidade social e individual), os quais variam em virtude dos contextos em que são produzidos ou os fins a que se destinam, pois é a partir destes que se desenvolvem os parâmetros de organização. (GUIMARÃES, 2009, p.106, grifo nosso).

Como resultado desses processos temos dois tipos distintos de representação: a Representação do Conhecimento (RC) e a Representação da Informação (RI), respectivamente.

A RC materializa-se nos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), que são desenvolvidos para auxiliar nos procedimentos de gestão e recuperação do conhecimento registrado, como por exemplo, tesouros, ontologias e demais tentativas de controle de vocabulário. Assim, os SOC's passam a se tornar um meio de interface comunicativa entre produtores e utilizadores da informação. (AGUIAR; KOBASHI, 2013, p.8)

Para que seja possível representar a informação, é necessário realizar a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais, onde: a descrição física concentra-se no suporte da informação, enquanto a descrição de conteúdo foca no conhecimento registrado neste suporte. Como resultado desta descrição, temos a representação da informação. (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p.5)

Para Fujita, Rubi e Boccato (2009, p.22) denomina tratamento descritivo e tratamento temático, conceituando-os da seguinte maneira

O tratamento descritivo refere-se propriamente à catalogação, ou seja, à representação descritiva da forma física do documento (autor, título, edição, casa publicadora, data, número de páginas etc.). O tratamento temático, em bibliotecas, diz respeito ao assunto tratado no documento, ou seja, compreende a análise documentária como área teórica e metodológica que abrange as atividades de classificação, elaboração de resumos, indexação e catalogação de assunto, considerando as diferentes finalidades de recuperação da informação.

Para Guinchat e Menou (1994, p.112), a descrição física estaria relacionada a composição material de um documento em aspectos relacionados a paginação, formato, tamanho, existência de ilustrações, bibliografia entre outros itens. Já a descrição de conteúdo seriam as operações que descrevem os assuntos de determinado documento na intenção de informar o usuário e recuperar facilmente estas informações. (GUINCHAT E MENO 1994, p.121)

Já para Dias e Naves (2007, p.17) aborda o termo tratamento da informação e define de maneira mais ampla, sendo

[...] expressão que engloba todas as disciplinas, técnicas, métodos e processos relativos a: a) descrição física e temática dos documentos numa biblioteca ou sistema de recuperação da informação; b) desenvolvimento de instrumentos (códigos, linguagens, normas, padrões) a serem utilizados nessas descrições; e c) concepção/implantação de estruturas físicas ou bases de dados destinadas ao armazenamento dos documentos e de seus simulacros (fichas, registros eletrônicos, etc.). Compreende as disciplinas de classificação, catalogação, indexação, bem como especialidades delas derivadas, ou terminologias novas nelas aplicadas, tais como metadados, e ontologias, entre outras.

Foskett (1973) enfatiza que no âmbito da organização da informação dois universos se apresentam [...] o primeiro, ligado ao acesso físico aos documentos e o segundo, de natureza mais complexa, voltado para o acesso ao conteúdo informacional, genericamente denominado de Tratamento Temático da Informação – T.T.I. (FOSKETT, 1973, p.)

Percebe-se, que por mais que a literatura não pactue da mesma opinião no termo utilizado, até porque as influências teóricas se diferem (norte-americana, inglesa e francesa), a intenção é demonstrar que existem duas dimensões descritivas que possuem funções diferentes: uma física e a outra de conteúdo.

Para se referir ao processo descritivo do conteúdo da informação nos deparamos com uma variação terminológica um tanto nebulosa, tal como Análise documentária (CUNHA, 1989; GUIMARÃES), Análise Temática (CAVALCANTI, 1978), Análise de Assunto (DIAS; NAVES, 2007), Descrição de Conteúdo (GUINCHAT; MENO, 1994), Indexação de Assuntos (LANCASTER, 2004) e Tratamento Temático da Informação (FOSKETT, 1973). Para efeitos desta pesquisa, usaremos os termos Descrição de conteúdo para nos referir ao processo observado nos INDA e Tratamento Temático da Informação, para se referir à atividade de representação da informação em sua dimensão temática, em uma perspectiva prática e teórica.

Foi Foskett (1973) que iniciou a veiculação da expressão Tratamento Temático da Informação (*Subject Approach to Information*) a definindo como uma atividade de mediação na organização da informação direcionada para o acesso ao conteúdo informacional.

Assim, Barité (1997) afirma que o TTI tem por objeto os aspectos vinculados à análise, descrição e representação do conteúdo dos documentos, bem como suas inevitáveis interfaces com as teorias e sistemas de armazenamento e recuperação da informação. (BARITÉ, 1997, p. 124)

Dessa forma, Guimarães (2009) sistematiza as vertentes do Tratamento Temático da Informação caracterizando suas diferenças no que diz respeito aos seus enfoques e resultados:

Esse universo, por sua vez, apresenta-se, na literatura especializada, sob três vertentes teóricas, nomeadamente: a **catalogação de assunto** (subject cataloguing) de matriz norte-americana, a **indexação** (indexing) de matriz inglesa e a **análise documental** (analyse documentaire), de matriz francesa. (Guimarães, 2009. p.106)

A seguir vamos verificar, especificadamente, o histórico de cada uma das vertentes teóricas do Tratamento Temático da Informação, analisando as características que norteiam cada uma delas.

2.1.1 Catalogação de Assuntos

A *Catalogação de Assuntos* é historicamente anterior às demais abordagens, transcorre na segunda metade do século XIX de matriz norte-americana. Em sua obra *Rules for a Dictionary Catalog* (1876), o bibliotecário Charles Ammi Cutter contribuiu de maneira significativa para com o Tratamento Temático da Informação quando aborda a Catalogação de Assuntos. De vertente estadunidense, desenvolveu-se decorrendo dos princípios da catalogação alfabética de Cutter e pela prática de cabeçalhos de assunto da *Library of Congress*, sob influência da Escola de Chicago.

Para Rubi e Fujita (2010, p.124) além de constituir os fundamentos da classificação de assunto, os conceitos de Cutter influenciaram Ranganathan (1931) na elaboração das 5 leis da Biblioteconomia (Livros são para uso; Para cada leitor, seu livro; para cada livro, seu leitor; Poupe o tempo do leitor; A biblioteca é uma organização em crescimento).

Em sua obra Cutter estabeleceu regras para a elaboração dos cabeçalhos que eram fundamentadas em três princípios básicos (CESARINO; PINTO, 1978, p. 275):

1º) Princípio específico – Os assuntos devem dar entrada pelo termo mais específico e não pela classe a que está subordinada. Apesar de parecer óbvio, este princípio causou impacto porque na época era comum a adoção de cabeçalhos bastante gerais, que pouco representavam o assunto da obra em questão; 2º) Princípio de uso – os cabeçalhos serão aqueles sob os quais é provável que a maioria dos americanos educados irão procurar, com referências cruzadas para 3º) Princípio sindético – Por se basearem no alfabeto dos cabeçalhos de assunto fazem aproximações absurdas de assuntos e ao mesmo tempo, separam assuntos relacionados. Assim Cutter propôs o desenvolvimento nas listas de cabeçalhos de assunto de estruturas sindéticas que, através de uma rede bem construída de referências cruzadas, poderiam ajudar ou mesmo superar este problema.

No delineamento destes princípios, percebe-se a atenção de Cutter em favorecer o acesso à informação especificando a estrutura de cabeçalhos de assunto, tendo em vista as necessidades dos usuários e o desenvolvimento nas listas de cabeçalhos de assunto que pudessem cruzar as informações facilitando o seu acesso.

Fiuza (1985, p.257) define a catalogação de assunto como “[...] a disciplina ou conjunto de disciplinas que tratam da representação, nos catálogos de bibliotecas, dos assuntos contidos no acervo”.

De acordo com Silva e Fujita (2004, p.142) “[...] caracterizou-se o termo catalogação de assunto, basicamente, como atribuição de cabeçalhos de assunto para representar o conteúdo total dos documentos em catálogos de bibliotecas.” Assim, a origem do termo estaria ligada a construção dos catálogos de bibliotecas.

Para Cutter (1904), os objetivos da catalogação de assunto são: permitir ao usuário de encontrar um documento do qual o assunto é conhecido; encontrar outros documentos sobre o mesmo assunto ou sobre assuntos relacionados; dar assistência ao usuário na seleção de registros recuperados, o documento mais adequado às suas necessidades.

Assim, esta vertente tem como objetivo principal a geração de produtos para bibliotecas como listas de cabeçalho e catálogos que tenham a função de “possibilitar ao usuário identificar documentos sobre um determinado assunto [...]” (COATES, 1988, p.19)

Guimarães (2009, p.106) indica que as preocupações da catalogação de assunto se centraram nos produtos a serem gerados pelo TTI. Abrangendo uma dimensão mais ampla, o conceito de catalogação passa a representar todo o processo de tratamento da informação.

Dessa forma, a vertente teórica de Catalogação de Assuntos, que tem sua origem norte-americana e se desenvolveu a partir da metade do século XIX, possui como característica evidente a preocupação em desenvolver produtos que resultam do TTI, como por exemplo, índices e resumos.

2.1.2 Indexação

Na obra *Systematic Indexing* (1911), o bibliotecário alemão Kaiser (1868-1927), propôs uma maneira sistemática para fazer indexação de assuntos de documentos. Se até então a TTI estava familiarizada com a catalogação de assuntos, a partir de então a atenção também se direciona para a indexação que foi revigorada com o sistema de Kaiser.

Para Café e Sales (2010, p.122), se Cutter procurou resolver o problema da inconsistência na catalogação, definindo regras para a elaboração de cabeçalhos de assunto, Kaiser contribuiu com uma forma sistemática para a construção de sentenças terminológicas que melhor representassem o assunto de um livro, também permeada por regras.

O que para Cutter era *cabeçalho de assunto*, Kaiser chamou de *enunciado* que expressaria o conteúdo do documento, determinando que os assuntos podem ser melhores representados e descritos por meio de duas categorias fundamentais: Concreto e Processos. Onde o assunto que um livro ou documento trata seria o concreto; enquanto o que é dito a seu respeito seria o processo. Além disso, Kaiser incluiu a categoria de localidade possibilitando entrada dupla, sendo, um enunciado a partir do concreto e outro a partir da localidade (CAFÉ E SALES, 2010, p.122).

Para que seja possível a formação destes enunciados, Kaiser estabeleceu seis regras com o objetivo de obter êxito no processo de indexação:

- (1) Selecione o que é realmente importante para seu objetivo sem considerar forma ou extensão;
- (2) Concentre-se na informação relativamente específica;
- (3) Lide com cada item independentemente;
- (4) Não adultere o nome dos concretos;
- (5) Evite inversão, proposições e

plurais sempre que possível; (6) Teste a exatidão de cada enunciado pelo ponto de vista tanto do indexador como do usuário (KAISER, 1911, p.348, tradução nossa).

Para Foskett (1973), a ligação dos conceitos em redes de remissivas coordenadas de forma superordenada e subordinada prevista no sistema de Kaiser é a mais adequada, onde os termos eram relacionados em uma rede de remissivas por meio de cartões guias que especificavam, além das relações de termos, também termos sinônimos.

Sales (2014, p.98) afirma:

[...] é preferível entender os princípios de Cutter e as regras de Kaiser não como tentativas insuficientes de se neutralizar os aspectos que não sejam padronizáveis, mas sim como esforços iniciais em prol de uma uniformidade nos fazeres atinentes à catalogação e à indexação, consistindo nos pilares iniciais, para a construção de declarações verbais de assuntos, do quadro evolutivo do tratamento temático da informação

Kaiser concebeu uma nova forma de indexar, com base nos princípios de classificação. Mesmo depois de Dewey, Otlet e La Fontaine já terem estruturado a classificação bibliográfica por meio da CDD e CDU, respectivamente, foi entre 1933 e 1960 que o bibliotecário indiano Ranganathan propôs um novo método de classificar (CAFÉ E SALES, 2010, p.123). A classificação com base em facetas de assuntos transcende o papel das classificações lineares e rigorosamente hierárquicas existentes até então, configurando um novo modo de classificar assuntos. (SALES, 2014, p.9)

A classificação proposta por Ranganathan não foi amplamente divulgada para o mundo prático e não se tem informações de sua utilização em bibliotecas fora da Índia. Entretanto, a maior contribuição da Classificação Facetada do autor está na esfera teórica, pois suas ideias vêm sendo utilizadas com frequência para a elaboração de linguagens documentais como tesouros (CAMPOS, 2001).

A vertente *indexação*, parte não apenas das bibliotecas mas também de centros de documentação. Por meio das linguagens de indexação, o tesouro de maneira mais expressiva, são elaborados os produtos propostos pela *catalogação de assuntos*. Portanto, a *indexação* é o insumo necessário para estabelecer os termos de representação e

viabilizar a criação dos instrumentos de pesquisa ou simplesmente produtos.

A *indexação* (*indexing*) pertence à corrente teórica inglesa e, para os “Princípios de indexação” do World Scientific Information Programme (UNISIST 1981, p.84) é “[...] a ação de descrever e identificar um documento de acordo com seu assunto”. A publicação do UNISIST originou a primeira norma sobre indexação publicada em 1985 pela International Standardization for Organization (ISO), sob número 5963, com o título “Documentation - methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms”. Por sua vez, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou a tradução dessa mesma norma em 1992, sob número 12676, denominada “Métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação”. Nessa Norma, a indexação é definida como “Ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 2).

Para Chaumier (1988, p.63) “[...] a indexação é a parte mais importante da análise documentária. Conseqüentemente é ela que condiciona o valor de um sistema documentário”.

Na concepção de Pinto Molina (1993, p.208), a indexação “[...] é a técnica de caracterizar o conteúdo de um documento [...] retendo as idéias mais representativas para vinculá-las a termos de indexação adequados”.

Lancaster (2004, p.1) explica que “[...] os processos de indexação identificam o assunto que trata o documento [...]” e eles implicam “[...] a preparação de uma representação do conteúdo temático dos documentos”.

É perceptível a falta de convergência entre os autores uma vez que é considerada como parte da análise documentária, como técnica e como um processo. Como afirma Robredo (2005, p. 165) “A indexação consiste em indicar o conteúdo temático de uma unidade de informação, mediante a atribuição de um ou mais termos (ou códigos) ao documento, de forma a caracterizá-lo de forma unívoca.”

Em uma perspectiva mais preocupada com o usuário da informação, Batley (2005, p.23-24) afirma que o responsável por determinar os termos de indexação precisa conhecer muito bem do assunto sobre o qual o documento trata, assim como conhecer as necessidades dos usuários que consumirão determinada informação.

Observa-se que as divergências entre a indexação e a catalogação de assunto ficam claras quando autores como Lancaster (2004), Silva e Fujita (2004), Robredo (2005), Dias e Naves (2007) reconhecem a indexação e a catalogação de assuntos como conceitualmente equivalentes.

Dessa forma, a vertente teórica de Indexação, que tem sua origem inglesa e se desenvolveu a partir da metade do século XX, possui como característica a preocupação em desenvolver instrumentos que auxiliam no processo e TTI, como por exemplo, Classificações, Listas de Cabeçalhos de Assunto, Tesouro, Terminologias e Ontologia.

2.1.3 Análise Documental

Se no final do século XIX a vertente teórica *catalogação de assuntos* pautava-se no desenvolvimento de produtos (como catálogo e índices) e meados século XX a *indexação* debruçava seus esforços sobre a criação de instrumentos (como listas de cabeçalhos de assunto e tesouros), foi entre as décadas de 1960 e 1970, a partir dos trabalhos de Jean-Claude Gardin e de Coyaud, que se desenvolveu influenciada pela linguística a *análise documental* [...] um conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de expressar o conteúdo de documentos científicos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação. (GARDIN, 1981, p.29)

Se para Cunha (1989, p 40) a concepção é de que os procedimentos de análise documental debruçam-se sobre “[...] operações empíricas de bom senso dos bibliotecários”, esta vertente teórica concentrou-se no desenvolvimento de referenciais teórico-metodológicos por meio de parâmetros que lhes conferam alguma cientificidade, por meio da explicitação dos procedimentos ou mecanismos envolvidos.

Dessa forma, a *análise documentária* teve a preocupação de desenvolver referenciais teóricos para o processo de TTI, ou seja, centrou-se em si na tentativa de desenvolver a identificação de conceitos que pudessem representar e posteriormente auxiliar no processo de geração de produtos.

Fujita, Nardi e Santos (1998, p.21) esclarecem

A Análise documentária é operacionalmente um tratamento documentário de conteúdo com a finalidade de elaborar representações condensadas do que está contido em textos. Essas

representações condensadas são resumos e índices, sendo que esses últimos caracterizam-se mais como pistas de conteúdo. Todo o conjunto de procedimentos para a elaboração de índices de assunto, seja com palavras ou símbolos alfanuméricos, estão inseridas no que se denomina “indexação”

Para Kobashi (1994, p.23) estas representações condensadas de documentos são elaboradas por meio de um conjunto de três operações que juntas compõem a *análise documental*, que seriam produção, organização e uso da informação.

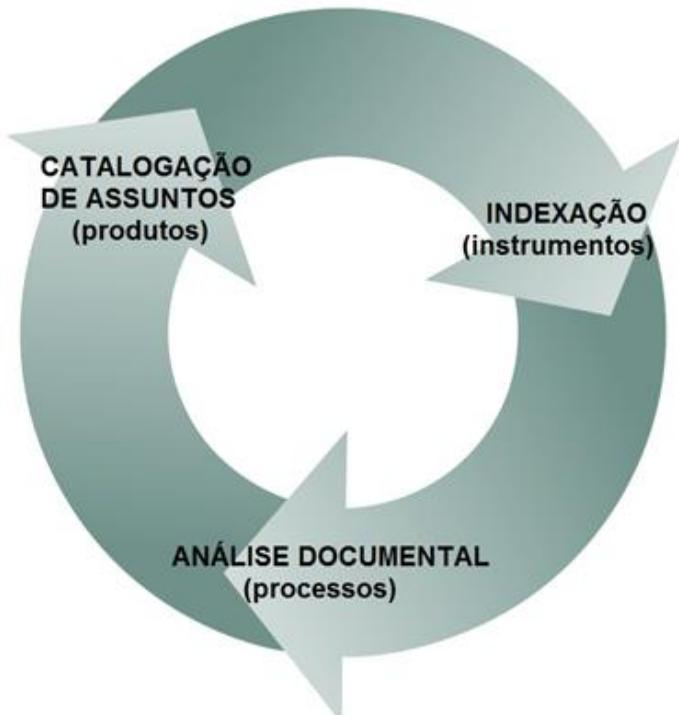
Nesse sentido, Chaumier (1982, p.27) afirma que “a análise documental abrange dois tipos de tratamentos diferentes: a condensação, que se vale de uma redução do texto para fins de difusão da informação, e a indexação que se vale da extração de conceitos [...]”. Observa-se, portanto, que a *análise documental* preocupa-se com o desenvolvimento das teorias e métodos para organizar a informação.

No Brasil, a criação do Grupo TEMMA (ECA/USP) pela professora Johanna Smit no início da década de 1980, foi o solo fértil encontrado para o desenvolvimento acadêmico de fundamentos teóricos e metodológicos da Análise documental, ficando reflexões relacionadas a teoria e a prática desta vertente. (CAFÉ E SALES, 2010, p.126)

Dessa forma, a vertente teórica de Análise Documental, que tem sua origem francesa e se desenvolveu no final da década de 1960, possui como característica a preocupação em metodologias para o desenvolvimento de produtos e instrumentos do TTI.

Guimarães (2009, p.111) considera que as três concepções se complementam por meio de vias diferentes: *catalogação de assuntos*, com o desenvolvimento de alguns produtos; *indexação*, na criação de instrumentos; e *análise documental* no avanço de determinados processos. Com isso, tentam alcançar o mesmo objetivo que é a viabilização da recuperação da informação, tendo em vista a complementaridade entre as vertentes teóricas como elementos essenciais para a descrição de conteúdo.

Figura 1: Vertentes do Tratamento Temático da Informação em complementaridade.



Fonte: a autora

Para efeitos desta pesquisa, compactuamos com Guimarães (2009) no entendimento de que, por conta de seus distintos objetos as três vertentes teóricas analisadas apresentam nomenclaturas diferentes para fenômenos semelhantes e complementares, tanto teórico quanto historicamente. Assim, assume-se que as três vertentes possuem características complementares e essenciais para o desenvolvimento das atividades do Tratamento Temático da Informação e/ou descrição de conteúdo. No Quadro 1 estão sistematizadas as principais características das vertentes:

Quadro 1: Características das vertentes teóricas do TTI.

VERTENTES TEÓRICAS	CARACTERÍSTICAS
Catalogação de assuntos	<ul style="list-style-type: none"> • Origem norte-americana; • Segunda metade do século XIX; • Centrada nos produtos a serem gerados no TTI.
Indexação	<ul style="list-style-type: none"> • Origem Inglesa; • Metade do século XX; • Se distancia da concepção de repositório documental e se aproxima da função da pesquisa por meio de instrumentos.
Análise documental	<ul style="list-style-type: none"> • Origem francesa; • Final da década de 60; • Estudos voltados para a busca de metodologias para o desenvolvimento de produtos e instrumentos.

Fonte: a autora

Pode-se afirmar que a descrição arquivística pressupõe um trabalho de cunho intelectual de representação da informação, embora essa ainda não seja uma questão muito explorada no meio arquivístico (RODRIGUES, 2003, p.213). Portanto, a próxima seção do texto trata de caracterizar as correntes do pensamento arquivístico, a própria descrição arquivística e os Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística desenvolvidos pela comunidade arquivística em diferentes países.

2.2 Arquivologia

O ano de 1789 marcou o início da Idade Contemporânea com a Revolução Francesa que, por sua vez, suscitou as discussões acerca dos princípios de responsabilidade e garantia de direitos perante os cidadãos, após inúmeras mudanças administrativas, políticas e culturais. Nesse

contexto, o documento passa a ser considerado uma forma de assegurar os direitos dos cidadãos na atuação do Estado e tem conscientização com a constituição do Arquivo Nacional da França, o qual serviria como um depósito de documentos que atestassem as relações do Estado com os cidadãos. Surge, dessa maneira, o primeiro Arquivo Nacional do mundo, durante a Assembleia Nacional Francesa em 1789 (SCHELLENBERG, 2006, p.26).

Ainda segundo o autor, este fato repercutiu em importantes realizações para o campo arquivístico por meio da criação de uma administração nacional dos arquivos, da publicidade de acesso aos arquivos e da responsabilidade do Estado em custodiar estes documentos.

O Manual para a Organização e Descrição dos Arquivos ou Manual dos Arquivistas Holandeses, como é conhecido no Brasil, foi publicado pelos arquivistas Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin no ano de 1898. Para Ribeiro (2011, p.61), foi nesse período que a vertente técnica do arquivo se afirma e se arrisca fora do arquivo enquanto instituição, difundindo o termo arquivística com o intuito de definir essa área que a partir de então passa a estabelecer seus princípios.

Na edição do Manual dos Arquivistas Holandeses trata-se pela primeira vez o princípio da proveniência como a manutenção da integridade do arquivo que originou, teoricamente, o respeito aos fundos (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p.29).

Em 1922, o inglês Hilary Jenkinson registra em *A Manual of Archive Administration* as teorias e práticas de arquivo de acordo com suas experiências. Para Cook (1997, p.23) o acúmulo de documentos gerados pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), além de documentos produzidos durante a Idade Média, possibilitou uma visão diferente do arquivo visto pelos arquivistas holandeses. Jenkinson enfatizou o trabalho do arquivista como guardião de evidências, que existe com a finalidade de tornar o trabalho de outras pessoas possível.

Ainda de acordo com Cook (1997), Jenkinson se preocupou em estudar o valor dos documentos de ordem administrativa e posteriormente documentos de valor de prova, enfatizando as características de organicidade, imparcialidade, unicidade e autenticidade. Dessa forma, Jenkinson despertou o interesse sobre os problemas de avaliação documental, que serviu como insumo necessário às teorias norte-americanas relacionadas ao ciclo de vida.

Esses aspectos que pontuamos, dizem respeito à corrente de pensamento arquivístico tradicional que, segundo Lopes (2009, p.61),

vincula-se diretamente aos arquivos permanentes em questões de ordem teórica e prática.

Em 1934 é criado o *National Archives* nos Estados Unidos, por consequência de situações de sinistros na documentação e influência da Associação Histórica Americana (SCHELLENBERG, 2006, p.29-30).

[...] os Arquivos Nacionais assumiram a responsabilidade por 10 milhões de metros cúbicos de documentos que haviam sido acumulados durante um período de 150 anos. Além disso, programas iniciados durante a Grande Depressão resultaram em uma expansão dos serviços governamentais e em um aumento no volume de documentos.[...] (STAPLETON, 1983, p.76, tradução nossa)

Dessa forma, o *National Archives*, após sua criação, mantinha sob custódia uma massa documental significativa e ainda crescente, que precisava ser organizada. Posteriormente, em um cenário pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o historiador Theodore Roosevelt Schellenberg inclui os conceitos de valor primário, valor secundário e de avaliação documental em *Modern Archives: principles and techniques* em 1956. Concluindo que:

[...] uma redução de tais documentos torna-se essencial, tanto para o próprio governo quanto para o pesquisador. O governo não pode conservar todos os documentos produzidos em consequência de suas múltiplas atividades. Torna-se impossível prover espaço para armazená-los, bem como pessoal para cuidar dos mesmos. (SCHELLENBERG, 2006, p.179).

A partir dessa visão surge o termo *record management*, em português gestão de documentos, amparado em legislação arquivística norte-americana, indo ao encontro das ideias de Schellenberg, que englobam:

[...] o planejamento, o controle, a direção, a organização, o treinamento, a promoção e outras atividades gerenciais relacionadas à criação, manutenção, uso e eliminação de documentos, com a finalidade de obter registro adequado e

apropriado das ações e transações do governo federal e efetiva e econômica gestão das operações das agências. (FONSECA, 2005, p. 44)

Assim, é possível perceber uma significativa ruptura na maneira de perceber a arquivologia que, segundo Lopes (1998), pode ser identificada como uma nova corrente do pensamento arquivístico chamada *record management*, que se volta para a preocupação com documentos administrativos. Surgem, ainda, os programas de gerenciamento de documentos, o que potencializa uma mudança de conceitos e métodos.

A partir das revoluções tecnológicas e sociais na década de 1980 começa a ser discutida a inclusão da arquivística na área da ciência da informação (RIBEIRO, 2011, p.61). Em 1982, Carol Couture e Jean-Yves Rosseau publicaram *Les archives au XX siècle*, em que é proposta uma arquivística preocupada em integrar tanto as preocupações do arquivo permanente quanto as preocupações atribuídas ao arquivo administrativo

[...] garantir a unidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo e permitir assim uma perspectiva do princípio das três idades e das noções de valor primário e secundário; permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização de arquivos; integrar o valor primário e o valor secundário numa definição alargada de arquivo (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.70).

Para Lopes (2009) essa seria a terceira corrente do pensamento arquivístico chamada integrada. Para a arquivística integrada deve-se agrupar os princípios, as normas e as técnicas que caracterizam suas funções em gestão de arquivos, preocupando-se com o tratamento do conjunto do ciclo de vida dos documentos. No Quadro 2 estão sistematizadas as informações sobre as três correntes do pensamento arquivístico abordadas nesse trabalho.

Quadro 2 – Características das correntes arquivísticas

CORRENTES ARQUIVÍSTICAS	CARACTERÍSTICAS
Tradicional	<ul style="list-style-type: none"> • Origem francesa, italiana e espanhola; • Ênfase em arquivos permanentes; • Arquivística como um conjunto de atividades não como ciência independente.
<i>Records Management</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Origem norte-americana; • Ênfase em arquivos intermediários; • Domínio empírico sobre a prática nos arquivos.
Integrada	<ul style="list-style-type: none"> • Origem quebequense (Canadá); • Ênfase no ciclo completo da vida dos documentos; • Propõe a transformação da arquivística em uma disciplina científica aberta à pesquisa e a redefinição de conceitos.

Fonte: LOPES, 2009; BELLOTTO, 2009; ROUSSEAU E COUTURE, 1998.

Neste trabalho se utiliza a perspectiva da arquivística integrada visando discutir, no contexto da função de descrição arquivística, a tarefa de descrição de conteúdo. Observa-se, no entanto, a necessidade de cautela na transposição de conceitos, uma vez que as características do documento arquivístico devem ser respeitadas.

2.2.1 Descrição Arquivística

Os primeiros registros conhecidos de descrição arquivística foram encontrados em Nuzi, na Assíria, em 1500 a.C., registrados em argila com formato de um repertório de documentos. Esses registros

eram utilizados para fins administrativos, evitando a consulta direta aos documentos e facilitando o deslocamento repentino em caso de guerras ou sinistros, não para orientar em pesquisas ou controlar diferentes grupos de arquivos (DURANTI, 1993, p.48).

Mais tarde, no século XIII, foi desenvolvido um método de descrição que tinha objetivos jurídico e administrativo: respectivamente para fornecer provas da existência dos documentos e manter o controle, de maneira a facilitar a obtenção dos documentos para negociações. Em seguida, a Idade Média trouxe uma concepção preocupada em garantir que os arquivos tivessem a responsabilidade de perpetuar as memórias, entendendo que os documentos preservados em arquivo seriam a prova autêntica e permanente de ações passadas (DURANTI, 1993, p.49).

Agregado à preservação da memória, o conceito de descrição arquivística se desenvolveu sob influências de princípios de proveniência e ordem original, integrando as atividades de classificação e descrição. Com isso, diferentes instrumentos de pesquisa foram gerados para facilitar o manuseio e recuperação dos documentos de arquivo (DURANTI, 1993, p.51).

Percebe-se então que, a princípio, a descrição arquivística tinha como objetivo o controle dos documentos que o arquivo compreendia e, posteriormente, quando a classificação já se considerava uma atividade integrada à descrição, foram aplicadas as noções de pesquisa e recuperação de documentos.

Para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.67), Descrição Arquivística é o “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa.”. Portanto, esta pode ser considerada a criação de representações para a informação arquivística, que tem como objetivo principal:

[...] identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados. Processos relacionados à descrição podem começar na, ou antes, da produção dos documentos e continuam durante sua vida (ISAD, 2000, p.11)

Como fruto desses processos se tem a composição de controles intelectuais que darão confiabilidade e autenticidade às informações registradas em arquivos.

Herrera (1991, p.300) define que “a descrição é a ponte que liga o documento com os usuários”, com essa analogia a autora traz a perspectiva de que por meio da descrição arquivística é possível conhecer o conteúdo de um arquivo e, assim, se torna possível ao usuário desenvolver suas pesquisas.

Em 1989 foi criada uma comissão com representantes de vários países por meio do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), designada a realizar a tarefa de estabelecer padrões para a descrição arquivística. Em 1994, obtêm-se o resultado dos estudos realizados por essa comissão com a publicação da ISAD(G) que possibilita ser aplicada a documentos de qualquer suporte. Em 1996, foi lançada a ISAAR(CPF) que regula a descrição da entidade produtora, dessa forma as duas normas se complementam.

Antes mesmo de terem sido feitos esforços para a criação de normas internacionais de descrição arquivística, já existiam países que contavam com sua norma de descrição nacional. Veremos na subseção 4.1, como resposta a um dos objetivos desta pesquisa, um breve histórico dos diferentes instrumentos normativos de descrição arquivística, como se deu seu desenvolvimento e como está estruturado.

Para Hagen (1998) o fator que influenciou de maneira significativa o desenvolvimento da padronização em descrição arquivística foi o

[...] impacto das novas tecnologias, em especial os computadores, que possibilitaram a troca de informações por meio de redes nacionais e internacionais. Para se beneficiar destes recursos, a comunidade arquivística teve de desenvolver o aspecto de comunicação do conhecimento, até então não especialmente desenvolvido (HAGEN, 1998, p.4)

Essa realidade, tornou essencial para a arquivologia frente as diferentes discussões acerca da padronização da descrição arquivística, a reafirmação de seus conceitos enquanto Ciência.

É no contexto da Arquivologia que se discute neste trabalho o Tratamento Temático da Informação. Conforme exposto a seguir, na seção de metodologia, nossa análise de INDA de diferentes países

orienta-se pelos processos, instrumentos e produtos do TTI. Procuramos dessa maneira uma aproximação teórica que pode contribuir para a reflexão acerca do tratamento de assunto em documentos arquivísticos.

3. METODOLOGIA

Para apresentar como a pesquisa foi desenvolvida, é necessário compreendermos os métodos e técnicas aplicadas durante seu desenvolvimento. Do ponto de vista da abordagem metodológica, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa por estar relacionada a análises e interpretações de abordagens teóricas que possam contribuir com o desenvolvimento desta pesquisa.

Conforme seu objetivo, a presente pesquisa pode ser classificada como Descritiva, pois “[...] têm como objetivo a descrição das características de determinada população” (GIL, 2010, p.27) por buscar expor as características do Tratamento Temático da Informação em Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística.

Se caracteriza, ainda, como uma pesquisa documental pois “[...] a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (LAKATOS, 2009, p.174). Os documentos, em nossa pesquisa são os Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística, compreendidos como normas, adaptações ou orientações que regulem a padronização da descrição arquivística de documentos em uma determinada região ou país.

Os Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística foram pesquisados nos respectivos *websites* de arquivos nacionais e no *website* do *International Council on Archives* (ICA). Além desse levantamento propriamente dito, houve casos em que se atestou a existência do Instrumento Normativo citado na literatura da área mas, por vezes, o site do respectivo arquivo nacional não disponibiliza o documento e a pesquisa foi, então, realizada diretamente no navegador da Internet. Quando o Instrumento Normativo é comercializado, o acesso foi possível por meio de pesquisas feitas no Arquivo Nacional (BR) e na Biblioteca Universitária da Universidade de Brasília.

Na presente pesquisa os Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística (INDA), são compreendidos como normas, adaptações ou orientações que regulem a padronização da descrição arquivística em determinada região ou país.

No âmbito desta pesquisa, foram coletados e caracterizados doze (12) INDAS, elencados no Quadro 3, que se apresentam em língua portuguesa, espanhola e inglesa, tendo sido analisadas sempre a última edição do documento que tenha sido publicada até a data da coleta de dados da pesquisa (25 de novembro de 2016).

Quadro 3 – Levantamento de Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística.

INSTRUMENTO NORMATIVO DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	PAÍS	ANO
1. Handlciding voer het ordenen en beschrijven van Archieven	Holanda	1898
2. Manual of Archival Description (MAD)	Reino Unido	1986
3. Rules for Archival Description (RAD)	Canadá	1990
4. General International Standard Archival Description (ISAD G)		1994
5. Manual de Descripción Multinivel (MDM)	Castela e Leão, Espanha	2000
6. Describing Archives: a Content Standart (DACS)	EUA	2004
7. Norma Española de Descripción Archivística (NEDA).	Espanha	2005
8. Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)	Brasil	2006
9. Norma Gallega de Descripción Arquivística (NOGADA)	Galícia, Espanha	2006
10. Norma de Descripció Arxivística de Catalunya (NODAC).	Cataluña, Espanha	2007
11. Orientações para a Descrição Arquivística (ODA)	Portugal	2011
12. Norma Uruguaya de Descripción Archivística (NUDA)	Uruguai	2012

Como parte integrante da pesquisa, dentre estes 12 (doze) INDAS foram selecionados aqueles que contemplam a descrição de conteúdo em sua estrutura possibilitando assim a análise da existência

ou não de características das vertentes teóricas do tratamento temático da informação. Os oito (8) Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística selecionados estão identificados no quadro a seguir:

Quadro 4 – Levantamento de Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística.

INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	ANO	PAÍS
1. <i>Manual of Archival Description</i> (MAD)	1986	Reino Unido
2. <i>Rules for Archival Description</i> (RAD)	1990	Canadá
3. <i>General International Standard Archival Description</i> (ISAD G)	1994	Internacional
4. <i>Describing Archives: a Content Standard</i> (DACCS)	2004	EUA
5. <i>Norma Española de Descripción Archivística</i> (NEDA)	2005	Espanha
6. Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)	2006	Brasil
7. Orientações para a descrição arquivística (ODA)	2011	Portugal
8. <i>Norma Uruguay de Descripción Archivística</i> (NUDA)	2016	Uruguai

Fonte: a autora.

Nestes Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística selecionados foi analisado em sua estrutura a existência ou a ausência de uma seção específica dentro do texto dedicada à descrição de conteúdo por meio da identificação dos termos elencados no Quadro X. Os termos

foram estabelecidos a partir das linhas teóricas do tratamento temático da informação e a partir dos termos indicados pela literatura que possam representar os elementos da descrição de conteúdo nos INDA.

Quadro 5 – Lista de termos que podem representar descrição de conteúdo em INDA

Termo em inglês	Termo em espanhol	Termo em português
Subject cataloguing	Catalogación temática	Catologação de assunto
Indexing	Indización	Indexação
Subject analysis	Análisis documental	Análise documental
Access points	Puntos de acceso	Pontos de acesso
Subject	Tema	Assunto
Thematic representation	representación temática	Representação temática
Subject representation	Representación sujeto	Representação de assunto
Content Description	Descripción del contenido	Descrição de conteúdo

Fonte: a autora

Após identificar se a descrição de conteúdo está contemplada no INDA por meio dos termos estabelecidos, foi feita a identificação de características das vertentes teóricas com o objetivo de verificar, em sua estrutura e conteúdo, os elementos das vertentes teóricas do tratamento temático da informação, sendo elas: Catologação de assuntos, Indexação e Análise Documental. Foi possível identificar as correntes teóricas por meio de seus respectivos

Quadro 6 – Vertentes teóricas de TTI e suas características.

VERTENTES TEÓRICAS	FOCO	OBJETO
Catálogo de assuntos	Produtos	<ul style="list-style-type: none"> • Índices • Resumos
Indexação	Instrumentos	<ul style="list-style-type: none"> • Classificações • Listas de Cabeçalhos de Assunto • Tesouro • Terminologias • Ontologia
Análise documental	Processos	<ul style="list-style-type: none"> • Análise • Condensação • Representação

Fonte: Guimarães, 2008.

No Quadro 6, elaborado a partir de Guimarães (2008, p.84), foram sistematizadas as vertentes em TTI. Observa-se, portanto, que cada vertente teórica da TTI corresponde a um foco diferente que consequentemente está expresso em itens distintos que seriam os objetos no TTI. Ao correlacionar os fundamentos dessa área à descrição de conteúdo em arquivologia, nos apoiaremos nesses elementos para sistematizar nossa análise. Vale ressaltar, de acordo com o autor supracitado, que as vertentes teóricas não são excludentes, mas complementares em virtude de seus distintos objetos.

Nesta pesquisa o termo descrição de conteúdo irá se referir a todas as formas de representação de assunto em documento arquivístico que esteja contemplado nos Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística, considerando suas variações terminológicas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Atendendo aos objetivos específicos desta pesquisa, serão apresentados nesta seção a identificação e caracterização de INDA de diferentes países, a caracterização das vertentes teóricas do TTI e a identificação das características de vertentes teóricas do TTI em INDA.

4.1 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DE DIFERENTES PAÍSES.

Nesta seção, como resultado do objetivo 1 da pesquisa, serão expostas as características dos Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística de diferentes países, assim como o modelo internacional, que foram identificados por meio desta pesquisa.

4.1.1 Holanda

Considerado o primeiro registro científico da arquivologia, o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, de autoria de Muller, Feith e Fruin, foi publicado no ano de 1898 pela Associação dos Arquivistas Holandeses. A obra apresenta como princípios arquivísticos fundamentais: proveniência, respeito aos fundos, ordem original, soberania administrativa e de territorialidade. Em seu terceiro capítulo, intitulado *A descrição dos documentos do arquivo*, os autores informam que o objetivo da descrição é de que o inventário tenha a utilidade de um guia, que deveria informar o conteúdo do arquivo. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1960, p.79)

Os autores ainda recomendam uma estrutura de itens que faria parte da composição do inventário: título; descrição geral do conteúdo; anos limite dos documentos; indicação de existência de outros volumes; indicação de documentos adicionais. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1960, p.93) Essa estrutura se aproxima bastante dos instrumentos normativos desenvolvidos contemporaneamente.

4.1.2 Reino Unido

No Reino Unido, em 1986, um grupo de arquivistas liderados pelo professor Michael Cook, da Universidade de Liverpool, publicou a primeira versão do *Manual of Archival Description* (MAD). De início, o

MAD deixa claro que seu objetivo não é a padronização da descrição arquivística, mas uma tentativa de estabilizar suas práticas:

[...] o manual não objetiva impor uniformidade, no sentido de baixar normas rígidas. Ele objetiva incentivar a compatibilidade entre diferentes tradições na descrição arquivística, apoiando a aceitação geral dos princípios básicos e um certo número de práticas comuns.” (COOK; GRANT, 1986, p.2, tradução nossa)

Em sua primeira edição, o manual é composto por quatro partes que compreendem, respectivamente, os seguintes objetivos: (I) apresenta a descrição arquivística e seus desdobramentos teóricos; (II) identifica os itens de descrição encontrados em instrumentos de pesquisa; (III) sugere estruturas e formatos de descrição arquivística; e (IV) apresenta modelos de instrumentos de pesquisa, produtos da descrição. Após a primeira edição, houve duas revisões: a segunda edição, de 1989, conhecida como MAD2, e a terceira edição, de 2000, conhecida como MAD3. As modificações contemplam a inclusão de mais duas partes para: (V) identificar a tipologia de descrição arquivística e (VI) diferenciar formatos especiais de documentos e suas especificidades na descrição.

Em suas três edições a MAD manifesta sua preocupação com o acesso sob a perspectiva do usuário, assim como a importância dos instrumentos de pesquisa. Entretanto, as questões relacionadas a sua aplicabilidade não são discutidas no documento. Segundo Cook e Grant (1986) ao tratar do manual abordam que “[...] toda descrição textual deve conter todas as palavras-chave necessárias para os pesquisadores.” (COOK; GRANT, 1986, p.29, tradução nossa)

De maneira conclusiva, [...] Cook e Grant apontam a importância do aprofundamento das pesquisas da área em relação à indexação e à elaboração de vocabulários controlados, tendo em vista seu papel crucial na discussão da descrição arquivística.” (OLIVEIRA, 2012, p.101)

4.1.3 Canadá

No Canadá a primeira edição da *Rules for Archival Description* (RAD) é lançada em 1990. Ao contrário da MAD, este tem como princípio essencial a padronização e se preocupa mais com a estrutura da informação do que com seu formato final, os instrumentos de

pesquisa. Em 2001 os canadenses se uniram aos arquivistas norte-americanos na constituição de um grupo de trabalho com a finalidade de estudar as práticas de descrição arquivística dos dois países (OLIVEIRA, 2012, p.113).

Para que fosse possível estabelecer a norma de descrição canadense, foram determinadas algumas premissas que orientaram o trabalho: o princípio arquivístico de respeito aos fundos; arranjo concluído; e descrição multinível, do geral para o específico.

Como afirma Oliveira (2012, p.113), a RAD é fundamentada nas *Anglo American Cataloguing Rules* (AACR2), em alguns casos faz adaptações, e segue orientações do *General International Standard Bibliographic Description* (ISBD-G). Dessa forma, embora a norma tenha firmado compromissos com princípios arquivísticos, percebe-se a influência que a biblioteconomia imprime sobre o desenvolvimento da mesma.

A segunda parte da norma é dedicada aos pontos de acesso e padronização de vocabulário. Para os autores do documento, os arquivistas devem canalizar suas preocupações nos usuários:

Para assegurar efetivo acesso ao material arquivístico, as decisões relacionadas à descrição e à escolha de pontos de acesso devem refletir a obrigação do arquivista com o usuário. As regras dessa norma devem ser aplicadas de forma que os resultados nas descrições e pontos de acesso sirvam tanto às necessidades da instituição quanto às de pesquisa. (*Rules for Archival Description*, 2008, p.XXIII)

A última versão de revisão da RAD foi publicada em julho de 2008. A estrutura desta norma é composta por duas partes: (I) informações para descrição dos documentos; (II) informações sobre pontos de acesso visando a recuperação da informação.

4.1.4 Internacional

Por iniciativa do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), que reuniu um grupo de especialistas em descrição arquivística, em 1988 foi criada uma comissão com representantes de vários países, designada para desenvolver um modelo padronizado de descrição arquivística. Oliveira (2012, p.117) esclarece de maneira objetiva que a padronização

seria uma tendência necessária devido ao uso crescente de computadores que demandava uma série de ações, como: intercâmbio de informações e elaboração de instrumentos de pesquisa que informassem sobre possíveis fundos dispersos.

No âmbito dos trabalhos da Comissão, foram definidos e apresentados os princípios que fundamentam a *General International Standard Archival Description* (ISAD G), em 1992 no XXI Congresso Internacional de Arquivologia, no Canadá, são eles: (a) princípio da proveniência; (b) descrição do geral para o específico; (c) unidade básica de gestão é o fundo; e (d) descrição multinível. O desenvolvimento desta norma se deu por meio de uma análise comparativa entre as três maiores normas anglo americanas de dados e conteúdo: *Archives, Personal Papers, and Manuscripts* (APPM) do Estados Unidos, *Rules for Archival Description* (RAD) do Canadá e *Manual for Archival Description* (MAD) do Reino Unido. (OLIVEIRA, 2012, p.119)

Em 1994, obtêm-se o resultado dos estudos realizados pela comissão com a publicação da ISAD(G) que possibilita ser aplicada a documentos de qualquer suporte. Composta por sete áreas, sendo elas: (1) Identificação; (2) Contextualização; (3) Conteúdo e estrutura; (4) Condições de acesso e uso; (5) Fontes relacionadas; (6) Notas; e (7) Controle da descrição.

Para Oliveira (2012) os objetivos e a base da descrição não são claros nesta proposta de padronização. Ele ainda acrescenta que os padrões adotados pela CIA não correspondem à demanda de ações dos documentos digitais. Conclui:

Os autores falam em identificar e explicar, no entanto não mencionam como os arquivistas podem chegar a esses conteúdos que serão acessados pelos usuários. Em sua proposta de modelagem, 26 elementos distribuídos em sete áreas promovem esse objetivo. O modelo está em consonância com a *General International Bibliographic Description* (ISBD-G). (OLIVEIRA, 2012, p.123)

Em 1996, é lançada a *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families* (ISAAR CPF) que regula a descrição da entidade produtora. Já em 2008, foi publicada a *International Standard for Describing Institutions with Archival*

Holdings (ISDIAH) que tem como objetivo a descrição de entidades mantenedoras de acervos arquivísticos.

Lembra-se ainda, que atualmente há um trabalho sendo desenvolvido pelo Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística (GEDA) do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) encarregado de desenvolver um modelo conceitual para descrição arquivística que possibilite a integração das quatro normas do CIA já existentes (ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDIAH e ISDF). A intenção desse modelo conceitual seria refletir sobre as oportunidades apresentadas pelas tecnologias da informação e a interação dos elementos descritivos com esses sistemas.

4.1.5 Estados Unidos

Nos Estados Unidos o cenário de diferenças entre as práticas de arquivologia e biblioteconomia era evidente, além disso a padronização se fazia necessária a partir do impulso do uso das tecnologias de informação e comunicação. Dessa forma o processo de padronização da descrição arquivística foi impulsionado pela criação de base de dados bibliográficos, que possibilitou ao arquivista perceber que também poderia integrar redes para troca de informações. (OLIVEIRA, 2012, p.124)

Em 1977 a *Society of American Archivists* (SAA) criou um grupo, o *National information Systems Task Force* (NISTF), para averiguar a possibilidade dos arquivos integrarem um sistema nacional de informação, daí a necessidade da criação de um documento que desse conta de padronizar a troca de informações. De maneira conclusiva, decidiram que a maneira mais simples e econômica seria fazer uma adaptação da *Machine Readable Cataloging* (MARC), o que resultou na versão padrão MARC AMC (*MARC Format for Archival and Manuscripts Control*) em 1982. (HAGEN, 1998)

Em 1988 o *Working Group on Standards for Archival Description* (WGSAD) define a descrição arquivística como:

[...] processo de captura, coleta, análise e organização de qualquer informação que sirva para gerenciar, localizar e interpretar acervos das instituições arquivísticas e explicar os contextos e sistemas de arquivos de onde esses acervos foram selecionados (Working Group on Standards for

Archival Description *apud* The Society of American Archivists, 1981, p.2)

Assim, o foco passa a ser no processo de descrição arquivística e não mais no produto (instrumento de pesquisa). A utilização do formato MARC AMC gerou a necessidade de elaborar um padrão para a produção de conteúdos, possibilitando assim melhor integração entre os dados. A partir da experiência com AACR2 e das perspectivas do formato MARC AMC, foi publicada a primeira versão da *Archives, Personal Papers, and Manuscripts* (APPM).

Segundo Oliveira (2012, p.127)

O projeto CUSTARD reuniu especialistas canadenses e americanos com o intuito de produzir uma norma que pudesse ser adotada pelos dois países, substituindo a APPM e a RAD, que incorporasse a ISAD (G) e a ISAAR (CPF) [...] No entanto, no decorrer do projeto houve uma revisão da RAD e surgiu uma nova norma para os americanos em substituição à APPM: a *Describing Archives: a Content Standard* (DACS).

O novo documento normativo dos norte-americanos, divide-se em três partes: (1) Descreve material de arquivo, onde estão alocadas as áreas elementares da descrição; (2) Descreve produtores, onde estão inclusos os elementos referentes aos produtores do objeto descrito; e (3) Forma de nomes, onde estão especificadas os formatos padrões de nomes a serem descritos.

4.1.6 Brasil

No Brasil, com o objetivo de adaptar a ISAD(G) à sua realidade foi publicada, em 2006, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). De acordo com a ISAD (G) (2000, p.12), as normas de descrição arquivística são alicerçadas em princípios teóricos aceitos pela comunidade arquivística, como, por exemplo, o princípio de respeito aos fundos, também utilizado na atividade de classificação, resultando na descrição multinível, que por sua vez compreende também seus princípios. Na NOBRADE esses princípios ganham destaque:

(1) Descrição do geral para o particular – com o objetivo de representar o contexto e a

estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes; (2) Informação relevante para o nível de descrição – com o objetivo de representar com rigor o contexto e o conteúdo da unidade de descrição; (3) Relação entre descrições – com o objetivo de explicitar a posição da unidade de descrição na hierarquia; (4) Não repetição da informação – com o objetivo de evitar redundância de informação em descrições hierarquicamente relacionadas. (NOBRADE, 2006, p.10-11)

4.1.7 Portugal

Em Portugal, a iniciativa para que fosse desenvolvida as *Orientações para a descrição arquivística* (ODA) partiu da união do Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IAN/TT), do Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo (GTNDA) e do Programa para a Normalização da Descrição em Arquivo (PNDA). A princípio, o documento seria utilizado para padronizar a descrição da Torre do Tombo e Arquivos Distritais. (RUNA, 2007, p.1)

Após estar aberta a consulta pública, a segunda edição da ODA foi lançada meados 2007 e na sequência a terceira edição em 2011. A justificativa maior da criação e desenvolvimento da ODA foi “[...] a necessidade de conjugação das normas internacionais com normativo nacional [...]”(ODA, 2011, p.25) citando a ISAD (G) e a ISAAR (CPF). Como objetivo das orientações:

[...] dotar a comunidade arquivística portuguesa de um instrumento de trabalho em consonância com as normas de descrição internacionais. Pretende-se ainda contribuir para a criação de descrições consistentes da documentação de arquivo e dos seus produtores e colecionadores, que facilitem a pesquisa e a troca de informação, quer a nível nacional, quer internacional. (ODA, 2011, p.25)

Em sua versão mais atual o documento é dividido em três partes: (I) Orientações para a descrição da documentação de arquivo, que são orientações gerais para arquivo; (II) Orientações para a descrição de autoridades arquivísticas, sendo famílias, grupos ou entidades coletivas;

e (III) Orientações para a escolha e construção de pontos de acesso normalizados, para determinar e controlar pontos de acesso padronizados.

4.1.8 Espanha

Na Espanha, devido a sua configuração histórica e geográfica, diferentes instrumentos normativos de descrição arquivística foram criados em diferentes regiões do país, sendo eles: *Manual de Descripción Multinivel* (MDM), da região de Castela e Leão; *Norma de Descripción Archivística De Cataluña* (NODAC), da região de Cataluña; *Norma Gallega de Descripción Archivística* (NOGADA); *Norma Española de Descripción Archivística* (NEDA); e por fim a *Norma para la elaboración de puntos de acceso normalizados de instituciones, personas, familias, lugares y materias en el sistema de descripción archivística de los Archivos Estatales*. As normas supracitadas serão melhor detalhadas a seguir.

Em 2000 foi lançada a primeira edição do *Manual de Descripción Multinivel* (MDM), que tem como objetivo a adequação da aplicação dos elementos da ISAD (G) e ISAAR (CPF) de acordo com a realidade da comunidade de Castela e Leão sob a responsabilidade da *Dirección General de Patrimonio y Promoción Cultural de la Consejería de Educación y Cultura de la Junta de Castilla y León*. Sua primeira versão foi apresentada no Congresso Internacional de Arquivos em Sevilha, já a versão atual do documento, de 2006, teve como objetivos:

- a) Aprofundamento dos estudos de adaptação das normas internacionais de descrição arquivística para que seja posta em prática nos arquivos de nossa comunidade;
- b) Formações de grupos de trabalho que aprofundem o desenvolvimento e coloquem em dia as propostas existentes;
- c) Criação de base de dados e termos controlados, que permitam a recuperação da informação de forma confiável e homogênea;
- d) Criação de normas para a descrição de todo o tipo de material arquivístico. (MDM, 2006, p.11)

A estrutura do documento se dá em duas partes: a primeira apresenta os princípios e elementos que compõem os campos de descrição, e a segunda padroniza sobre pontos de acesso e controle de autoridades.

A criação do *Grupo de Trabajo de la Administración Central y Administraciones Autonómicas para la elaboración de las Normas Nacionales de Descripción (GTACAA)* no ano de 2001 se deu pela união de representantes da *Subdirección General de los Archivos Estatales (SGAE)* e diferentes comunidades autônomas, que tinham em comum o objetivo de desenvolver a *Norma Española de Descripción Archivística (NEDA)*. Entretanto, após um período de interrupção, o projeto da norma veio a ser publicado em 2005, e finalmente sua primeira edição lançada em 2006 regulamentando os elementos essenciais da ISAD(G).

Em 2001, o grupo de trabalho encarregado de dirigir e desenvolver a elaboração da norma de descrição fundamentada nos princípios e propostas da ISAD(G), apresentaram a *Norma de Descripción Archivística de Catalunya (NODAC)*. A NODAC possui cinco partes: a primeira que apresenta o projeto de desenvolvimento da norma, assim como seus objetivos e colaboradores; a segunda trata dos objetivos e princípios que norteiam a norma seguido das grandes áreas de descrição elementares que as compõe; a terceira são os modelos de referências; a quarta expõe os exemplos de aplicação da norma; e a quinta são os índices analítico e temático da norma. (NODAC, 2007, p.3)

A *Norma Gallega de Descripción Archivística (NOGADA)* acompanha o movimento internacional da padronização da descrição arquivística e teve sua primeira versão lançada em 2006. Sua estrutura é composta por três partes: a primeira apresenta os objetivos, estrutura e conteúdo do documento; a segunda apresenta as sete áreas de descrição arquivística com seus respectivos elementos; e a terceira apresenta exemplos completos de descrição com a aplicação da NOGADA.

4.1.9 Uruguai

No Uruguai a *Comisión de trabajo interinstitucional para la elaboración de la Norma Uruguaya de Descripción Archivística* adapta a normativa internacional, com a intenção de garantir a integridade e conservação do patrimônio documental e lança, em 2012, a *Norma Uruguaya de Descripción Archivística (NUDA)*.

Sua estrutura é composta por uma breve introdução que contextualiza a situação de normas e padronização no Uruguai. Conta com a seção de elementos de descrição, com sete grandes áreas e suas subdivisões, seguidos de exemplos práticos de descrição arquivística segundo a norma. (NUDA, 2012, p.2)

O Quadro 7 organiza de maneira cronológica os instrumentos normativos de descrição arquivística:

Quadro 7: Instrumentos Normativos de Descrição Arquivístico

INSTRUMENTO NORMATIVO DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	PAÍS	ANO
1. Handlciding voer het ordenen en beschrijven van Archieven	Holanda	1898
2. Manual of Archival Description (MAD)	Reino Unido	1986
3. Rules for Archival Description (RAD)	Canadá	1990
4. General International Standard Archival Description (ISAD G)		1994
5. Manual de Descripción Multinivel (MDM)	Castela e Leão, Espanha	2000
6. Describing Archives: a Content Standart (DACs)	EUA	2004
7. Norma Española de Descripción Archivística (NEDA).	Espanha	2005
8. Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)	Brasil	2006
9. Norma Gallega de Descripción Arquivística (NOGADA)	Galícia, Espanha	2006
10. Norma de Descripción Arxivística de Catalunya (NODAC).	Cataluña, Espanha	2007
11. Aplicación de la Norma Internacional de Descripción ISAD (G)	Costa Rica	2010
12. Orientações para a Descrição Arquivística (ODA)	Portugal	2011
13. Norma Uruguaya de Descripción Archivística (NUDA)	Uruguai	2012

Fonte: A autora

Muitos outros países fazem o uso da ISAD(G) na descrição arquivística, portanto não desenvolveram seu próprio instrumento normativo de descrição arquivística. Dessa forma, os mesmos têm se desenvolvido de acordo com as necessidades de cada país em padronizar o procedimento de descrição a fim de adequar os elementos de descrição em seu sistema de arquivos.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS VERTENTES TEÓRICAS DO TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO.

Para atingimento do objetivo 2 da pesquisa, por meio de levantamento bibliográfico a respeito do Tratamento Temático da Informação, percebeu-se as características de cada uma das vertentes teóricas, sendo elas: Catalogação de assuntos, preocupada no desenvolvimento de produtos; Indexação, preocupada com os instrumentos para descrição de conteúdo; Análise documental, que foca no processo de representação do conteúdo. O Quadro XX sistematiza as informações das respectivas vertentes teóricas do Tratamento Temático da Informação:

Quadro 8 – Vertentes teóricas de TTI e suas características.

VERTENTES TEÓRICAS	FOCO	OBJETO
Catalogação de assuntos	Produtos	<ul style="list-style-type: none"> • Índices • Resumos
Indexação	Instrumentos	<ul style="list-style-type: none"> • Classificações • Listas de Cabeçalhos de Assunto • Tesouro • Terminologias • Ontologia
Análise documental	Processos	<ul style="list-style-type: none"> • Análise • Condensação • Representação

Fonte: Guimarães, 2008.

4.3 Identificação das características de vertentes teóricas do Tratamento Temático da Informação em Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística.

A identificação das vertentes teóricas do tratamento temático da informação *catalogação de assuntos*, *indexação* e *análise documental*, objetivo 3 desta pesquisa, foi feita por meio da análise de estrutura e conteúdo dos oito instrumentos normativos de descrição arquivística que fazem parte do *corpus* desta pesquisa. Os resultados são apresentados a seguir.

4.3.1 Manual of Archival Description (MAD)

Com sua terceira edição publicada em 2000, a MAD foi a única norma que foi consultada em acervo de biblioteca universitária da Universidade de Brasília por não estar acessível de maneira gratuita, porém pode ser adquirida por meio de alguns websites. A obra de Procter e Cook é subdividida em cinco partes: (1) a natureza da descrição arquivística; (2) a estrutura da descrição arquivística; (3) modelos de descrição; (4) tipos de descrição; e (5) descrição de formatos especiais.

Quanto à descrição de conteúdo, em sua primeira parte, MAD apresenta uma seção do texto dedicada a pontos de acesso e outra dedicada à indexação. Na seção que trata de pontos de acesso, ressalta a importância de pontos de acessos no desenvolvimento de instrumentos de pesquisa. Ainda afirma que a concepção de pontos de acesso utilizados na aplicação da AACR2 é diferente da função de pontos de acesso dentro de um instrumento de pesquisa arquivístico, porém não justifica a afirmação. Na seção que trata de indexação, enfatiza a importância dos índices nos últimos anos como parte de um sistema integrado de instrumentos de pesquisa.

Apresenta características da vertente norte-americana, a catalogação de assuntos, quando cita a necessidade do usuário ter acesso ao índice enquanto instrumento de pesquisa, ou seja, o produto da representação a partir da descrição de conteúdo. Apresenta também características da vertente de matriz inglesa, a indexação, quando trata que a indexação deve basear-se num vocabulário controlado, tesouro e/ou esquema de classificação, considerados instrumentos do tratamento temático da informação.

4.3.2 Rules for Archival Description (RAD)

O *Canadian Council of Archives* possui o *Canadian Committee on Archival Description* que por sua vez, tem a responsabilidade de desenvolver as instruções para a descrição arquivística no Canadá. No *website* do *Canadian Council of Archives* está disponibilizada a versão atualizada da *Rules for Archival Description*, que é acessível por meio de arquivos em PDF que podem ser baixados diretamente do *website* por capítulos ou o documento por completo.

A estrutura da RAD é composta por duas partes: (I) contendo informações para descrição dos documentos; (II) contendo informações sobre pontos de acesso visando a recuperação da informação. Ainda na

seção introdutória, fica estabelecido que a segunda parte da norma se dedica a escolha de termos, compreendidos como pontos de acesso, que não são assunto.

Quanto à descrição de conteúdo, a norma faz referência à *Subject indexing for archives: the report of the Subject Indexing Working Group* publicada pela Associação de Arquivistas Canadenses em 1992, que determina os itens de descrição de conteúdo relacionados à resumo, indexação e catalogação por assunto de documentos.

Dessa forma, RAD não apresenta itens sobre o tratamento temático da informação, uma vez que referencia outro documento específico para tratar de descrição de conteúdo e não a contempla em sua própria estrutura.

4.3.3 International Standard Archival Description General (ISAD G)

Em 1992 a ISAD (G) é apresentada pelo Conselho Internacional de Arquivos em sua primeira edição composta por grandes áreas de descrição, sendo elas: (1) Identificação; (2) Contextualização; (3) Conteúdo e estrutura; (4) Condições de acesso e uso; (5) Fontes relacionadas; (6) Notas; e (7) Controle da descrição.

Quanto à descrição de conteúdo, na área de “Conteúdo e estrutura” é contemplada a descrição de âmbito, compreendida como períodos de tempo e localização geográfica; e o conteúdo, compreendido como forma de documentos, processos administrativos e assuntos, de acordo com o seu nível de descrição. Porém, trata de assunto de maneira superficial e em uma perspectiva diferente da abordagem que se propõe esta pesquisa, pois não aborda elementos suficientes para que possa ser realizada a análise proposta.

Dessa forma, a ISAD (G) não apresenta itens sobre o tratamento temático da informação e não faz referência a documento externo para tratar da temática de maneira mais aprofundada.

4.3.4 Describing Archives: a Content Standard (DACS)

Com sua primeira edição lançada em 2004, a DACS teve sua revisão atualizada e publicada em 2013, uma das publicações mais recentes entre os instrumentos normativos de descrição arquivística. Ela é dividida em duas grandes partes: (I) composta por sete capítulos nos quais se subdividem as áreas de descrição de material de arquivo; (II) composta por elementos de registro de autoridades de arquivo.

Quanto à descrição de conteúdo, em sua apresentação a norma dedica uma seção intitulada “Access Points”, assumindo que, de maneira geral, a descrição arquivística é narrativa onde os bancos de dados fornecem pesquisa de texto completo. Entretanto, também identificam termos, códigos e conceitos para os quais são gerados índices especializados que permitem a pesquisa. A norma ainda equipara o “Access Points” à “Indexing” realçando a importância de arquivistas disponibilizarem instrumentos de pesquisa de diferentes formatos ao usuário final por meio de recursos on-line.

De acordo com a DACS os “Access Points” estão divididos em seis categorias: nomes, locais, assuntos, formato de documentos, ocupações e funções. Na categoria “assunto” estão apontados as áreas de descrição da DACS onde o arquivista encontra termos que podem ser utilizados como pontos de acesso nessa categoria. Na descrição desta categoria é lembrada a importância de estabelecer terminologia padronizada por meio de tesouros de assuntos gerais e especializados que são citados na própria norma na seção de apêndices.

Dessa forma, percebe-se determinada nebulosidade na concepção de pontos de acesso e indexação por parte da norma, questão que já fora apontada no referencial teórico desta pesquisa. A DACS apresenta em sua estrutura uma seção dedicada à descrição de conteúdo, apresentando algumas características que identificam as correntes teóricas do tratamento temático da informação: catalogação de assunto e indexação.

Apresenta características da vertente norte-americana, a catalogação de assuntos, quando cita a necessidade de tornar disponível ao usuário final um instrumento de pesquisa, ou seja, um produto a partir da descrição de conteúdo. Apresenta também características da vertente de matriz inglesa, a indexação, quando trata da importância de se estabelecer uma terminologia padronizada por meio de tesouros.

4.3.5 Norma Española de Descripción Archivística (NEDA)

A norma espanhola foi publicada em 2006, em sua primeira e única versão, se poupou de prefácios, apresentações e até mesmo de sumário. É subdividida em seis elementos: Código de referência; Título; Data; Nível de descrição; Volume e suporte da unidade de descrição (quantidade, tamanho, dimensões); e Nome dos produtores.

Dessa forma, a NEDA não apresenta itens sobre o tratamento temático da informação e não faz referência a algum documento externo para tratar da temática.

4.3.6 Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)

A NOBRADE tem sua primeira e única edição publicada em 2006. É subdividida em oito áreas: (1) Área de identificação; (2) Área de contextualização; (3) Área de conteúdo e estrutura; (4) Área de condições de acesso e uso; (5) Área de fontes relacionada; (6) Áreas de notas; (7) Área de controle da descrição; e (8) Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

A Área de pontos de acesso e indexação de assuntos tem o objetivo de registrar os procedimentos para recuperação do conteúdo de determinados elementos de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário adotado.

Dessa forma, percebe-se algumas características que identificam as correntes teóricas do tratamento temático da informação na NOBRADE: análise documental, catalogação de assunto e indexação.

Apresenta características da vertente francesa, análise documental, ao esforçar-se na tentativa de apresentar instruções voltadas ao processo de representação focada em como fazer indexação de assuntos e pontos de acesso dos documentos, esta seção da norma é denominada 'Procedimentos'. Possui características da vertente norte-americana, a catalogação de assuntos, quando cita a necessidade de se desenvolver um índice, ou seja, um produto a partir da descrição de conteúdo na intenção de facilitar a recuperação da informação.

Além disso, apresenta também características da vertente de matriz inglesa, a indexação, quando trata de entradas autorizadas e controle de vocabulário, refletindo nos interesses de criação de instrumentos de descrição de conteúdo defendido por essa vertente. Pode-se perceber que a NOBRADE cita as metodologias de indexação pré e pós coordenada, que resultam em linguagens que são os diferentes respectivos produtos gerados por meio da indexação.

4.3.7 Orientações para a descrição arquivística (ODA)

Em sua terceira edição, a ODA foi publicada em 2011 em Portugal e é estruturada em três partes: (1) Orientações para a descrição da documentação de arquivo; (2) Orientações para a descrição de autoridades arquivísticas; (3) Orientações para a escolha e construção de pontos de acesso normalizados.

A área que trata de Escolha e Construção de Pontos de Acesso Normalizados tem como objetivo controlar e instruir a escolha de pontos de acesso. Nesta seção do texto, ODA se preocupa em conceituar pontos de acesso como um termo que seria utilizado para identificar descrições arquivísticas que se classificam em duas tipologias: nominais, referentes a pessoas coletivas, pessoas singulares, famílias ou entidades geográficas; e não nominais, que são referentes a assuntos, eventos, títulos, cargos. A norma ainda se encarrega de definir ‘assunto’ no âmbito de sua atuação, compreendendo como a síntese do ato ou ação que se encontra na base do documento.

Dessa forma, percebe-se algumas características que identificam as correntes teóricas do tratamento temático da informação na ODA: análise documental e indexação.

Apresenta características da vertente francesa, análise documental, quando em sua estrutura a norma apresenta uma seção destinada a Pontos de Acesso que compreende também a representação de assunto, voltada a instruir como fazer essa descrição no âmbito de pessoas coletivas, pessoas singulares, famílias e entidades geográficas, ou seja, voltada aos processos de representação.

Apresenta características da vertente inglesa, a indexação, por ter como um de seus objetivos o controle dos termos usados como pontos de acesso, considerados também como assunto por este INDA. Esse controle que a orientação se refere é interpretado como instrumentos de padronização sugerido pela vertente da indexação dentro do TTI.

4.3.8 Norma Uruguaya de Descripción Archivística (NUDA)

Em sua primeira edição, publicada em 2016, o INDA mais jovem desta pesquisa é subdividido em sete áreas, sendo elas: (1) Área de Identificação; (2) Área de Contexto; (3) Área de Conteúdo e Estrutura; (4) Área de Condições de Acesso e Uso; (5) Área de documentação relacionada; (6) Área de Notas; (7) Área de Controle da Descrição.

Dessa forma, a NUDA não apresenta em sua estrutura itens sobre o tratamento temático da informação e não faz referência a algum documento externo para tratar da temática.

4.4 Considerações a partir das análises realizadas

Tendo em vista o apresentado nos Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística, é possível perceber que não são todos que

apresentam orientações sobre a descrição de conteúdo. Dentre oito INDA, cinco deles contém elementos de descrição de conteúdo: MAD, DACS, NOBRADE, ISAD (G), NEDA; e três não contém em sua estrutura esclarecimentos sobre a descrição de conteúdo para as finalidades desta pesquisa: RAD, NEDA e NUDA, conforme ilustra o quadro 9.

Quadro 9 – INDA e descrição de conteúdo.

NÃO POSSUI ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO DE CONTEÚDO	POSSUI ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO DE CONTEÚDO
RAD – Canadá	MAD – Reino Unido
NEDA – Espanha	DACS – EUA
NUDA – Uruguai	NOBRADE – Brasil
	ISAD G – Internacional
	ODA – Portugal

Fonte: a autora.

Sendo assim, nesses INDA foram analisadas as características das vertentes teóricas do tratamento temático da informação (análise documental, catalogação de assuntos, indexação) identificando as características de cada uma das vertentes (respectivamente, processos, produtos e instrumentos) de quatro instrumentos normativos de descrição arquivística que possuem em sua estrutura esclarecimentos sobre a descrição de conteúdo, são: MAD, DACS, NOBRADE, ODA.

Embora apresente a descrição de conteúdo em sua estrutura, a ISAD(G) não aborda elementos suficientes relacionados à temática para que possa ser realizada a análise proposta por esta pesquisa.

Quadro 10 – INDA e características das vertentes teóricas de TTI.

INDAS	PRODUTOS (Catalogação de assuntos)	INSTRUMENTOS (Indexação)	PROCESSOS (Análise documental)
MAD – Reino Unido	✓	✓	
DACS – EUA	✓	✓	

INDAS	PRODUTOS (Catalogação de assuntos)	INSTRUMENTOS (Indexação)	PROCESSOS (Análise documental)
NOBRADE – Brasil	✓	✓	✓
ODA Portugal		✓	✓

Fonte: a autora.

Dentre os quatro instrumentos normativos de descrição arquivística que apresentam informações sobre a descrição de conteúdo, analisados por meio das características de vertentes teóricas do tratamento temático da informação, dois apresentam elementos relacionados ao processo de como fazer a descrição de conteúdo, característica da vertente francesa de Análise documental; três apresentam elementos relacionados aos produtos originários deste processo, características da vertente norte-americana catalogação de assuntos; quatro apresentam elementos relacionados aos instrumentos que auxiliam no processo e desenvolvimento dos produtos, características da vertente inglesa indexação.

É possível perceber, entre os quatro instrumentos normativos que compõem essa análise, que apenas um compreende todos os elementos propostos pelas vertentes teóricas do Tratamento Temático da Informação, evidenciando que as características da descrição de conteúdo enquanto processo, produto e instrumento ainda não é difundida nos instrumentos normativos de descrição arquivística pesquisados.

Percebe-se também, que em sua maioria os instrumentos normativos apresentam características de descrição de conteúdo relacionados a instrumentos e produtos. Ou seja, abrangem o uso e importância de listas de classificação e linguagem controlada assim como índices para que seja possível acessar os documentos, entretanto é necessário também que estes instrumentos normativos comportem informações sobre a descrição de conteúdo enquanto processo, que instruem como descrever o conteúdo de um documento por meio de um termo.

Alguns dos instrumentos normativos de descrição arquivística não tratam da descrição de conteúdo em sua estrutura, porém indicam uma norma ou orientação externa para aspectos relacionados a assunto.

Da mesma maneira, há países que fazem o uso da ISAD (G) e possuem um manual de indexação de documentos. Para a finalidade desta pesquisa, nenhum material externo ao instrumento de descrição arquivística de documentos foi considerado.

A partir disso podemos perceber que de maneira predominantemente as vertentes teóricas de catalogação de assunto e indexação são mais frequentes entre as normas pesquisadas. Isso se dá pelo fato de serem as vertentes mais tradicionais do TTI, sendo a vertente de análise documental que se desenvolveu recentemente, menos frequente em INDA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução de áreas convergentes de pesquisa necessita ir além do discurso da interdisciplinaridade entre Arquivologia, Ciência da Informação e demais áreas correlatas. Essa foi a intenção da presente pesquisa, poder contribuir para esse arcabouço interdisciplinar que se estende entre as diferentes áreas respeitando suas singularidades e características ímpares.

A princípio, é possível fazer algumas considerações com base no referencial teórico utilizado, em que se percebem traços comuns entre a descrição de conteúdo e a descrição arquivística, pois possuem o mesmo objetivo e compactuam a compreensão de que a descrição é feita durante todo o ciclo informacional e/ou documental. Em nosso entendimento, podemos afirmar que a descrição arquivística pode sim ser compreendida como representação da informação.

Assume-se que a complementaridade das vertentes teóricas de TTI seria o modelo adequado de características a serem contempladas em Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística, para que ofereçam subsídio necessário para o desenvolvimento de processos, instrumentos e produtos da descrição de conteúdo.

Cumprindo com o proposto nos objetivos específicos, no desenvolvimento da presente pesquisa foi possível contar com a descrição de oito diferentes Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística quanto à sua estrutura, assim como a caracterização das vertentes teóricas do TTI que foram substanciais ao desenvolvimento desta análise.

Respondendo ao objetivo geral dessa pesquisa, foi analisada a descrição de conteúdo em Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística de diferentes países com base nas vertentes teóricas do Tratamento Temático da Informação tendo como resultado a identificação de características comuns entre si.

Considerando que realizamos uma busca exaustiva de Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística em diversos países, podemos observar que o número de países que possui seu próprio INDA, sendo ou não apoiado no padrão internacional proposto pelo Conselho Internacional de Arquivos, é ainda pequeno, e muitos fazem referência à ISAD (G) ou omitem aspectos da descrição arquivística de documentos. Isso é preocupante por conta da atividade de descrição arquivística que pode estar em desenvolvimento sem orientações que possibilitem o adequado acesso à informação.

Nessa perspectiva é interessante ressaltar a informação de que entre os países que possuem seu INDA específico, também se encontram os países de onde se originaram as correntes do pensamento arquivístico, embora tenham ocorrido em períodos temporais diferentes. No Estados Unidos, na segunda metade do século XIX se originava a vertente de Catalogação de assuntos da TTI, enquanto na metade do século XX se desenvolvia a corrente arquivística de *Records Management*, tendo como características em comum a preocupação com a agilidade em procedimentos administrativos expresso por meio da praticidade na recuperação da informação por meio de índices e resumos e pela efetivação da gestão de documentos.

Considerando a compreensão e caracterização das vertentes do Tratamento Temático da Informação e da Descrição Arquivística fica claro que os estudos e a prática da descrição arquivística abrange a representação da informação, tanto em sua dimensão descritiva quanto em sua dimensão temática.

Quanto aos resultados que respondem à pergunta inicial da presente pesquisa, verifica-se que de oito instrumentos normativos, apenas a metade cita descrição de conteúdo em sua estrutura. A ausência de orientações específicas sobre a determinação de assunto pode comprometer a qualidade da descrição de conteúdo e, conseqüentemente, o acesso à informação, um dos objetivos da descrição arquivística. Compreendemos a necessidade de que os aspectos da dimensão descritiva e da dimensão temática estejam cada vez mais integrados em instrumentos normativos de descrição arquivística, na intenção de possibilitar maiores chances de busca no processo de recuperação da informação.

As análises realizadas nos Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística nos possibilitou perceber o quanto ainda temos para desenvolver e avançar nos estudos que tangem a própria natureza da Ciência Arquivística em aspectos relacionados à descrição. Assim, percebe-se que o tratamento temático da informação é um estudo relativamente novo no campo arquivístico, mas que possui importância para que o processo de recuperação da informação seja realizado com êxito a fim de responder às demandas do usuário.

Os diferentes e inovadores meios de acessar informações de descrição de documentos, possibilitados por meio dos avanços da tecnologia da informação, necessitam de requisitos específicos que possibilitem o seu uso. Cabe ao profissional da informação, nesse caso o arquivista, estar munido das devidas instruções para este tipo de atividade.

Sendo assim, é destaca-se a importância da padronização da descrição arquivística na intenção de facilitar o intercâmbio de informações a nível internacional em projetos de cooperação arquivística e na democratização do acesso à informação.

Por fim, acreditamos que as aproximações teórico-conceituais são possíveis e positivas na interlocução entre as áreas do conhecimento, caracterizando mais uma vez a interdisciplinaridade de que tentamos cada vez mais nos aproximar.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Francisco Lopes de; KOBASHI, Nair Yumiko. Organização e Representação do Conhecimento: Perspectivas de Interlocação Interdisciplinar entre Ciência da Informação e Arquivologia. In: XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013).

Disponível em

<<http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/view/155/147>>. Acesso: 10 mar. 2016

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12.676: Métodos para análise de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BARITÉ, M. Referenciales teóricos vigentes en el área de tratamiento temático de la información y su expresión metodológica. Porto Alegre: ABEBD, 1998. 7 p. [Relatório técnico do II Encontro de Dirigentes dos cursos superiores de Biblioteconomia dos países do Mercosul, Buenos Aires, nov. 1997].

_____. Organización del Conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, Kester. (Org.). Educação, universidade e pesquisa. Marília, 2001. p.35-50.

BATLEY, S. Classification in theory and practice. Oxford: Chandos, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, 2009

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento?. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: ENANCIB, 2008. p. 1-14.

CAFÉ, Lígia; SALES, R. Organização da informação: Conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: Jaime Robredo; Marisa Bräscher (Orgs.). Passeios no Bosque da Informação: Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento. Brasília DF: IBICT, 2010. 335 p. ISBN: 978-85-7013-072-3. Capítulo 6, p. 115-129. Edição eletrônica. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>

CAMPOS, Maria Luiza de A. Linguagem Documentária: Teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói : RJ. EdUFF, 2001.

CAVALCANTI, Cordelia R. Indexação & tesauro: metodologia e técnicas. Brasília: Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, 1978. 89 p. (Edição Preliminar).

CESARINO, M. A. da. N.; PINTO, M. C. M. F. Cabeçalho de assunto como linguagem de indexação. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 268-288, set. 1978.

CHAUMIER, J. (1982). Analyse et langages documentaires: Le traitement linguistique de l'information documentaire. Paris: Entreprise Moderne d'Édition, 1982.

CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. Trad. José Augusto Chaves Guimarães. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação. São Paulo, v.21, n.1/2, p.63-79, jan./jun. 1988.

COATES, E. J. (1988). Subject catalogues: headings and structure. London: The Library Association, 1988.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.portal.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

_____. **ISAD(G)**: Norma Internacional de Descrição Arquivística. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. (Publicações técnicas, n. 49). Disponível em:

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2014.

_____. **ISAAR(CPF)**: Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1998. (Pub. Técnicas, 49). Disponível em:

<<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/ISAAR%20Brasil%20final.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

_____. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em:

<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

COOK, Michael; GRANT, Kristina. A manual of archival description. London: The Society Archivists, 1986.

COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, n.43, 1997.

CUNHA, I. M. R. F. Contribuição para a formulação de um quadro conceitual em análise documental. // Cunha, I. M. R. F. Análise documental: considerações teóricas e experimentações. São Paulo: FEBAB, 1989. 15-30.

CUTTER, C. A. Rules for a dictionary catalog. 4. ed. Washington: Government Printing Office, 1904.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scope and possibilities. *Knowledge Organization*, 20(4), 211-222, 1993.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. Análise de assunto: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2007.

DURANTI, L. Origin and development of the concept of archival description. *Archivaria*: the journal of the Association of Canadian Archivists, Ottawa, n.35, p.47-54, 1993.

FIÚZA, M. M. O ensino da “Catalogação de assunto”. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG. Belo Horizonte, v.14, n.2, p.257-269, set. 1985.

FOGL, J. Relations of the concepts 'information' and 'knowledge'. International Fórum on Information and Documentation, The Hague, v.4, n.1, p. 21-24, 1979.

FONSECA, Maria Odila Kahl. A Arquivologia e Ciência da Informação. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 124 p.

FUJITA, M. S. L.; NARDI, M. I. A.; SANTOS, S. (1998). Leitura em análise documental. // Transinformação. 10:3 (1998) 13- 31.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C. O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária. DataGramaZero, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1-22, abr. 2009a. Disponível em: . Acesso em: 5 jan. 2017.

FUJITA, M. S. L., org., et al. A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. Um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 149 p. ISBN 978- 85-7983-015-0.

FURGERI, Sérgio. Representação da informação e do conhecimento: um estudo das diferentes abordagens entre Ciência da Informação e Ciência da Computação. Dissertação (Mestrado) 2006. Campinas. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Católica de Campinas, 2006.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. Ciência da Informação, Brasília, v. 27 n. 3, 1998

GARDIN, J. -C.; et alii. (1981). La logique du plausible: essais d'épistémologie pratique. Paris: Ed. Maison des Sciences de l'Homme, 1981.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 176 p.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação: catalogação de assunto, indexação e análise documental. IBERSID, 2009.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI), 2008. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2761/2331>> Acesso em: 28 nov. 2016.

GUINCHAT, C.; MENO, M. Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação. 2.ed. rev. Brasília: MCT/CNPq/IBICT, 1994.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. Ciência da Informação, Brasília, v. 27 n. 3, 1998

HERRERA, Antonia Heredia. **Archivística general**. Teoria y practica. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1991.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 5.693:1985: documentation: methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms. Geneve, 1985.

JENKINSON, Hilary Sir. A manual of Archive Administration. Oxford: Oxford University Press, 1922.

KOBASHI, N. Y. (1994). A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia. São Paulo: USP, 1994. Tese de doutorado.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Projeto e Relatório de pesquisa. In: _____. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e

relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LANCASTER, F. W. Indexação e resumos: teoria e prática. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEÃO, F. C. **A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD (G)**. São Paulo: [s.n.], 2006. Disponível em: <<http://www.moyak.com/papers/archival-descriptive-standards.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

LOPES, Luis Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2. ed. Brasília: Projeto Editorial 2009. 416p.

MICHEL, Maria Helena. Pesquisa e metodologia científica. In: _____. **Metodologia e pesquisa científica em Ciências Sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2005. cap. 2.

ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998. (Nova Enciclopédia, 56)

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Descrição e pesquisa: Reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro : Móbile, 2012.

RIBEIRO, Fernanda. A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc>> Acesso em: 28 nov. 2016.

RIBEIRO, Fernanda. **Indexação e Controle de Autoridade em Arquivos**. Camara Municipal do Porto, 1996.

ROBREDO, J. Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas. 4.ed. rev. e ampl. Brasília: Edição de autor, 2005.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da Norma Internacional de Descrição Arquivística. In.: ____; LOPES, Ilza L. **Organização e representação do conhecimento**. Brasília: Thesaurus, 2003. Cap. 8. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1442/1/CAPITULO_RepresentacaoInformacaoArquivistica.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2016.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1998.

RUBI, Milena Polsineli; FUJITA, M. S. L. Política de indexação na catalogação de assunto em bibliotecas universitárias: a visão sociocognitiva da atuação profissional com protocolo verbal. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 7, p. 118-150, 2010.

RUNA, Lucília. Orientações para a descrição arquivística: normalizar para partilhar e recuperar. In: Congresso de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2007.

SALES, R. A organização da informação de Julius Kaiser: o nascimento do método analítico-sintético. Saarbrücken, Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. 1903-1970. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição** / T. R. Scellenberg; trad. De Manoel A. Wanderley. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1980.

SILVA, M. dos R.; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. Transinformação, Campinas, v.16, n.2, p.133-161, maio/ ago., 2004. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/717/697>> Acesso em: 27 jul. 2016.

STAPLETON, Richard. Jenkinson and Schellenberg: a comparison. Archivaria, nº 17, 1983, p. 75-85.

UNISIST. Princípios de indexação. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG. Belo Horizonte, v.10, n.1, p.83- -94, mar. 1981.

WORLD INFORMATION SYSTEM FOR SCIENCE AND TECHNOLOGY. Princípios de indexação. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, v. 10, n. 1, p. 83-94, 1981.